



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR E INTERCULTURAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

JEAN MATHEUS SOUTO DE MIRANDA

**A ATUAÇÃO DOS *STAKEHOLDERS* NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A PESCA ARTESANAL EM SANTARÉM/PA**

SANTARÉM
2023

JEAN MATHEUS SOUTO DE MIRANDA

**A ATUAÇÃO DOS STAKEHOLDERS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A PESCA ARTESANAL EM SANTARÉM/PA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida do Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural da Universidade Federal do Oeste do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Qualidade de vida na linha de pesquisa em Políticas Públicas, Diversidade e Desenvolvimento Amazônico.

Orientador: Prof. Dr. Rubens Elias Duarte
Nogueira

**SANTARÉM
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

M672a Miranda, Jean Matheus Souto de
A atuação dos *Stakeholders* na construção de políticas públicas para a pesca artesanal em Santarém/Pa./ Jean Matheus Souto de Miranda. – Santarém, 2023.
87 p. : il.
Inclui bibliografias.

Orientador: Rubens Elias Duarte Nogueira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Instituto de Formação Interdisciplinar e Intercultural, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida.

1. Participação Social. 2. Gestão Pesqueira. 3. Bibliometria. 4. Sustentabilidade. 6. Amazônia I. Nogueira, Rubens Elias Duarte, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 639.2098115



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR E INTERCULTURAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

**A ATUAÇÃO DOS STAKEHOLDERS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A PESCA ARTESANAL EM SANTARÉM/PA**

Defesa da dissertação de mestrado do(a) **JEAN MATHEUS SOUTO DE MIRANDA**, intitulada: “**A ATUAÇÃO DOS STAKEHOLDERS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESCA ARTESANAL EM SANTARÉM/PA**”, orientado pelo(a) Prof. Dr. **RUBENS ELIAS DUARTE NOGUEIRA**, apresentado à banca examinadora designada pelo orientador e pelo Programa de Pós Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida da Universidade Federal do Oeste do Pará, em 28 de abril de 2023. Os membros da Banca Examinadora consideraram o(a) candidato(a) _____ .

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Alanna do socorro Lima da Silva
(Universidade Federal do Oeste do Pará)

Prof. Dr. Rubens Elias Duarte Nogueira
(Universidade Federal do Oeste do Pará)

Prod. Dra. Helionora da Silva Alves
(Universidade Federal do Oeste do Pará)

Externo ao programa - Prof. Dr. Sandro Augusto Viegas Leão
(Universidade Federal do Oeste do Pará)

Externa à Instituição – Dra. Joana Darc Mauricio Rocha
(Universidade Estadual do Amapá)

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

No vigésimo nono dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às (h)15 horas, na sala 306 – Bloco Modular Tapajós, da Universidade Federal do Oeste do Pará, modalidade remota instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado do discente Jean Matheus Souto de Miranda. A banca examinadora foi composta pelos professores: Dr. Sandro Augusto Viegas Leão, Examinador Externo, Dra. Joana D'Arc Maurício Rocha, Dra. Alanna do Socorro Lima da Silva, Examinadora Interna, Dra. Helionora da Silva Alves e Dr. Rubens Elias Duarte Nogueira, orientador do discente. Deu-se início a abertura dos trabalhos por parte do professor Rubens Elias Duarte Nogueira, presidente da banca, que após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, solicitou ao discente que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada “A atuação dos Stakeholders na Construção de Políticas Públicas para a Pesca Artesanal em Santarém, Pará”, marcando um tempo de quarenta minutos para a apresentação. Concluída a exposição, o professor Rubens Elias Duarte Nogueira, passou a palavra aos examinadores para arguir o discente. Terminadas as arguições, o presidente da banca solicitou aos presentes que se retirassem da sala, para a realização do julgamento do trabalho, concluindo a Banca Examinadora por sua APROVAÇÃO CONDICIONADA ÀS CORREÇÕES OBRIGATORIAS RECOMENDADAS PELA BANCA conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. A versão final da dissertação deverá ser entregue ao programa, no prazo máximo de sessenta dias, contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora. Conforme o Artigo 57 do Regimento Interno do Programa, o discente não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Documento assinado digitalmente

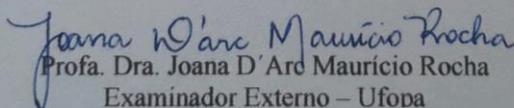
 RUBENS ELIAS DUARTE NOGUEIRA
Data: 29/08/2023 12:19:58-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Rubens Elias Duarte Nogueira

Documento assinado digitalmente

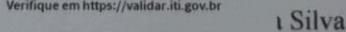
 SANDRO AUGUSTO VIEGAS LEAO
Data: 30/08/2023 06:57:06-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Sandro Augusto Viegas Leão
Examinador Externo – Ufopa


Prof. Dra. Joana D'Arc Maurício Rocha
Examinador Externo – Ufopa

Documento assinado digitalmente

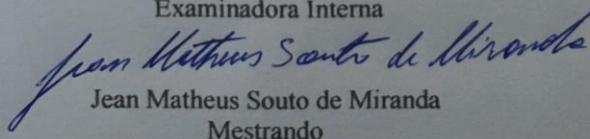
 ALANNA DO SOCORRO LIMA DA SILVA
Data: 29/08/2023 23:52:59-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.  Silva

Documento assinado digitalmente

 HELIONORA DA SILVA ALVES
Data: 29/08/2023 13:25:43-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dra. Helionora da Silva Alves
Examinadora Interna


Jean Matheus Souto de Miranda
Mestrando

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa aos meus pais, para minha companheira e aos meus irmãos, e por último aos pescadores e pescadoras artesanais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus professores, ao Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida da Ufopa e em especial ao meu orientador por compartilhar seu conhecimento e acreditar em mim.

RESUMO

A pesca artesanal em Santarém é a segunda maior atividade econômica do estado do Pará, atraindo interesses de diversos atores sociais, os *Stakeholders*, e conseqüentemente torna-se necessário inovação e aperfeiçoamento de estratégias de gerenciamento para elaborar normas e manutenção, para que seja possível obter sucesso nas mediações de conflitos existentes. Este trabalho teve como objetivo compreender as políticas públicas para o desenvolvimento do setor pesqueiro e a atuação dos atores da pesca artesanal como definição para gestão pesqueira sustentável participativa, visando contribuir para a melhoria do gerenciamento e da qualidade no setor da pesca artesanal de Santarém. A metodologia se baseou em um estudo exploratório e descritivo, com abordagem quantitativa e qualitativa, considerando o contexto do objeto de pesquisa com diversas fontes de informações e utilização de diferentes abordagens metodológicas, tais como a pesquisa bibliográfica, bibliométrica, técnicas de abordagens e análise de dados. O resultado desta pesquisa mapeou a trajetória das políticas públicas do setor pesqueiro em escala nacional, regional e municipal, foram feitas as análises das produções científicas com pesquisa bibliográfica e bibliométrica em banco de dados da *SciELO index Web of Science*, *Scopus* e *Google acadêmico*, e documentos e entrevistas de atores sociais que nos possibilitou a inserção no atual contexto deste setor da pesca artesanal local, concluímos que estamos em processo de desenvolvimento do setor pesqueiro, onde as políticas públicas estão sendo debatidas, mediadas e elaboradas nos espaços de participação social, mas que as instituições com a competência de legitimar as ações dos *Stakeholders* precisam ser mais atuantes e seguir os ciclos de políticas públicas para criação de uma agenda de governança efetiva e participativa, sendo esse um dos processos iniciais dos ciclos de políticas públicas. É importante o estudo do atual contexto das políticas públicas da pesca artesanal por serem complexas relações, para compreender como estão acontecendo e analisar a atuação dos *Stakeholders* da pesca, alinhando e subsidiando as tomadas de decisões para o desenvolvimento da gestão pesqueira sustentável, o resultado nos mostra uma ausência da atuação pública em elaboração de políticas públicas para o setor.

Palavras-chave: Participação Social. Gestão Pesqueira. Bibliometria. Sustentabilidade. Amazônia.

ABSTRACT

Artisanal fishing in Santarém is the second largest economic activity in the state of Pará, attracting interests from various social actors, Stakeholders, and consequently it is necessary to innovate and improve management strategies to develop standards and maintenance, so that it is possible to obtain success in mediating existing conflicts. This work aimed to understand public policies for the development of the fishing sector and the actions of artisanal fishing actors as a definition for participatory sustainable fishing management, aiming to contribute to improving management and quality in the artisanal fishing sector in Santarém. The methodology was based on an exploratory and descriptive study, with a quantitative and qualitative approach, considering the context of the research object with different sources of information and use of different methodological approaches, such as bibliographic and bibliometric research, technical approaches and analysis of data. The result of this research mapped the trajectory of public policies in the fishing sector on a national, regional and municipal scale, analyzes of scientific productions were carried out with bibliographic and bibliometric research in the SciELO index Web of Science, Scopus and Google Scholar databases, and documents and interviews from social actors that enabled us to insert ourselves in the current context of this local artisanal fishing sector, we conclude that we are in the process of developing the fishing sector, where public policies are being debated, mediated and elaborated in spaces for social participation, but that institutions with the competence to legitimize the actions of Stakeholders need to be more active and follow public policy cycles to create an effective and participatory governance agenda, this being one of the initial processes of public policy cycles. It is important to study the current context of public policies for artisanal fishing because they are complex relationships, to understand how they are happening and analyze the actions of fishing Stakeholders, aligning and subsidizing decision-making for the development of sustainable fishing management, the result in shows an absence of public action in developing public policies for the sector.

Keywords: Social Participation. Fisheries Management. Bibliometrics. Sustainability. Amazon.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. REVISÃO DA LITERATURA: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SETOR PESQUEIRO	18
2.1 Ontologia das Políticas Públicas	18
2.1.1 Síntese da Evolução das Políticas Públicas Pesqueiras no Brasil	21
2.1.2 Políticas Públicas Pesqueiras na Amazônia	24
2.1.3 As Políticas Pesqueiras no Estado do Pará	25
2.2 Contextualizando e Conceituando o termo <i>Stakeholders</i>	27
3. MATERIAIS E MÉTODOS	31
3.1 Local da pesquisa	32
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
4.1 Análise Bibliométrica sobre Políticas Públicas da pesca artesanal	40
4.2 Contexto Histórico da Pesca no Município de Santarém – Pará	51
4.2.1 Políticas Públicas Pesqueiras que abrangem Santarém	56
4.3 Atuações dos <i>Stakeholders</i> para o desenvolvimento da gestão pesqueira sustentável da pesca artesanal	58
4.3.1 Os órgãos Ambientais de Subsídios na Pesca em Santarém	66
4.3.2 Desafios e conflitos das agendas de políticas públicas voltados para o setor da pesca...	67
4.3.3 Ação coletiva na construção de políticas públicas voltados para o setor da pesca em Santarém/Pa.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
ANEXOS	86

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01: Primeiras Políticas Públicas Pesqueiras do Brasil.....	22
Quadro 02: Políticas Públicas Pesqueiras da Amazônia	24
Quadro 03: Termos e quantitativos	41
Figura 01. Resultado das entrevistas em gráfico	36
Figura 02. Resultado das entrevistas em gráfico	37
Figura 03. Resultado das entrevistas em gráfico	38
Figura 04. Resultado das entrevistas em gráfico	39
Figura 05. Resultado das entrevistas em gráfico	39
Figura 06. Resultado das entrevistas em gráfico	40
Gráfico 01: Evolução temporal das produções científicas sobre pesca artesanal na base de dados <i>Scopus</i>	42
Gráfico 02: Distribuição da produção científica da pesca artesanal por assunto de interesse na base de dados <i>Scopus</i>	42
Gráfico 03: Autores que mais publicaram sobre pesca artesanal nas produções da base Scopus	43
Gráfico 04: Instituições relacionadas com as buscas de produções nas base <i>Scopus</i> sobre pesca artesanal.....	44
Gráfico 05: Tipos de documentos publicados, 93,8% foi para artigos e 0,8 conferencias e revistas 5,5%	44
Gráfico 06: Os paíse com quantitativo de produção científicas sobre pesca artesanal	45
Mapa 01: Local da pesquisa	34
Mapa 02: Mapa de calor de principais paíse com mais produções científicas sobre pesca artesanal.....	46
Mapa 03: Busca de autores mais relevantes das publicações na base de dados <i>web of Science</i> com palavras-chave Políticas Públicas e Pesca.....	46
Mapa 04: palavras chave relacionadas de duas ocorrências em outras produções, essas categorias mostram como os assuntos se relacionam, traçando caminhos de sua origem e relevância das produções sobre Políticas Públicas e Pesca.....	47
Mapa 05: ocorrência de Palavras-chave relacionadas em outras produções, essas categorias mostram como os assuntos se relacionam, traçando caminhos de sua origem e relevância das produções sobre “Políticas Públicas e Pesca” por ano de produção	47

Mapa 06: Resultado da busca de produções científica sobre Políticas Públicas e Pescador Instituições de interesse.....	48
Mapa 07: Ocorrência das palavras-chave por periódicos com as produções obtidas na (s) Base (s) de dados <i>Web of science</i>	48
Mapa 08: Mapa de calor sobre principais ocorrência de produções em periódicos e inseridos na base <i>Web of Science</i> das palavras-chave em de periódicos mais relevante encontrados	49
Mapa 09: Mapa sobre principais autores de produções científicas sobre conceito de <i>Stakeholders</i> na base de dados <i>Web of Science</i> acervo <i>SciELO index Web of Science</i>	49
Mapa 10: Principais palavras citadas em tópicos de produções relacionadas com palavras-chave <i>Stakeholders</i> na base de dados <i>Web of Science</i> acervo <i>SciELO index Web of Science</i>	50
Figura 07. Comparação da posição nos ranques classificatórios de desempenho produtivo e econômico dos principais tipos de pescado desembarcados na feira do pescado em Santarém no período de 2011 a 2020, *espécies de defeso	52
Figura 08. Dados foi concebida contemplando os registros de desembarque no período de janeiro de 2011 até dezembro de 2020.....	53
Figura 09. Ranque de desempenho dos desembarques de pescado na Faixa I, II e III (com registros acima de 100t de biomassa histórica acumulada), monitorados no período de 2011 a 2020 no mercado Feira do Pescado, Santarém-PA	54
Figura 10: Mostra o desempenho econômico e produtivo	55
Figura 11: Fatores que determina a dinâmica da pesca no Baixo Amazonas e respectivamente em Santarém.....	57
Figura 12: Linha do tempo da pesca artesanal no Brasil do século XVI à 1962.....	69
Figura 13: Linha do tempo da pesca artesanal de 1987 à 2004.....	70
Figura 14: Linha do tempo da pesca artesanal de 2005 à 2023.....	70
Figura 15: Ciclo do Acordo de Pesca	81

LISTA DE SIGLAS

CAFe	Comunidade Acadêmica Federativa
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CIPAR	Centro Integrado de Pesca Artesanal
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MOPEBAM	Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
SAPOPEMA	Sociedade para Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente
SEDAP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca
SEMAS	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
Z-20	Colônia de Pescadores

1 INTRODUÇÃO

A pesca artesanal é uma das atividades humanas mais importantes na Amazônia, constituindo-se como fonte de alimento, comércio, renda e lazer para grande parte de sua população, especialmente as que residem nas margens dos rios de grande e médio porte (SANTOS; SANTOS, 2005). Essa importância deve-se ao fato de essa atividade ser tradicional, praticada desde o período pré-colombiano pelos indígenas e por ser a principal fonte proteica na alimentação das populações ribeirinhas locais (ISAAC; BARTHEM, 1995).

A influência de alguns fatores é determinante para o desenvolvimento da pesca na Amazônia, tais como a paisagem, os ambientes, as características climáticas e as cheias e vazantes, que influenciam na distribuição e na ecologia dos recursos pesqueiros, e conseqüentemente, no comportamento do pescador e na pesca (BARTHEM; FABRÉ, 2004).

Existe uma interação direta entre os ribeirinhos, o ambiente amazônico e os recursos pesqueiros, ao passo que o estabelecimento e a manutenção dessa população, têm como fator fundamental a diversidade desses ambientes propícios à pesca, os quais são explorados com ou sem fins de comercialização do pescado (MCGRATH et al., 1993, 1998; RUFFINO; ISAAC, 1994; RUFFINO et al., 1999; FABRÉ, 2003).

Quanto ao potencial pesqueiro da Amazônia, há um consenso de que se trata da maior diversidade de peixes de água doce do mundo, com número e composição específica variando entre rios com diferentes dimensões e tipos de águas (SANTOS; SANTOS, 2005).

Os efeitos das mudanças climáticas representado pelo aumento da temperatura provocam mudanças biológicas diretas sobre os recursos pesqueiros, os ecossistemas de água doce estão entre os mais ameaçados por essas mudanças, sendo que além da contínua pressão de pesca, os recursos pesqueiros sofrem com as ameaças relacionadas com alterações ambientais decorrentes de mudanças climáticas globais (BANDEIRA, 2017; CAMPOS, 2021).

Entende-se como recursos pesqueiros, todas as formas vivas que tenham na água o normal ou mais frequente meio de vida, juntamente com um definido interesse econômico, o que demanda políticas de gestão do território para conservar esses recursos naturais e as atividades econômicas sustentáveis (PAIVA, 2004).

As tomadas de decisão que as organizações privadas, públicas e sociais realizam é determinado por seus *Stakeholders*, ou seja, os atores envolvidos, então se faz necessário conhecê-los a fim de ser implementada uma estratégia compatível através de participação de todos os interessados. Conseqüentemente, a teoria dos *Stakeholders* deve fornecer um método de como os *Stakeholders* tentam influenciar uma organização na tomada de decisão afetando assim o seu comportamento (FROOMAN, 1991).

Como uma atividade de exploração dos recursos naturais renováveis, a pesca possui características singulares que resultam, sempre, na necessidade de cuidados específicos para sua administração (KAHN, 1998). Dificuldades inerentes à correta avaliação dos recursos pesqueiros originam uma constante instabilidade do mercado pesqueiro, desta forma, a atividade pesqueira necessita cada vez mais de controle para evitar que os recursos explorados venham a desaparecer ou diminuir para níveis inferiores à viabilidade de exploração (PAIVA, 1997)

A manutenção das situações de abundância ou de reversão de quadros de escassez, exige a adoção de conjunto de procedimentos (medidas, planos, ações e princípios) para que se processe uma gestão que permita aos diferentes segmentos da sociedade o direito ao uso dos recursos naturais de forma justa e responsável, tão qual se tratando da Amazônia, onde se exige um esforço conjunto e interativo de diferentes atores sociais no sentido de que sejam estabelecidas as regras para operacionalização de uma gestão integrada com instrumentos de controle e estratégias de aplicação bem definidas, com o desafio de manter a disponibilidade dos recursos pesqueiros em quantidade e qualidade para as presentes e futuras gerações (RUFFINO, 2005).

A política de gestão ambiental e a percepção do ambiente são temas correlatos e até interdependentes, pois as políticas públicas relacionadas à gestão do meio ambiente não podem ocorrer efetivamente sem considerar a percepção ambiental que a sociedade detém, considerando que para as políticas ambientais alcancem seus objetivos é imprescindível que todos participem de forma ativa da sua formulação e execução (GONÇALVES; GONÇALVES, 2013).

Pensar em políticas públicas para a região amazônica requer uma análise contextual em termos da dinâmica territorial e sociopolítica envolvida no processo de desenvolvimento da região, sendo importante enfatizar que, apesar de seu registro verde no imaginário global, a região amazônica vem se tornando, progressivamente, nas últimas décadas, palco de inúmeros conflitos envolvendo uma gama bastante diferenciada de atores (ONGs, populações indígenas, pescadores artesanais, quilombolas, madeireiros, garimpeiros, entre outros) (QUINTSLR et al., 2011).

Santarém, localizada no estado do Pará, faz parte da região de integração do Baixo Amazonas, que é composta por treze municípios (Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa) (CARVALHO et al., 2020), as atividades econômicas que possuem destaque na região são as

que se relacionam com a mineração, o agronegócio, a agricultura familiar, o turismo e outras atividades econômicas (BRASIL, 2012).

Santarém é o município localizado na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, é considerada o quarto maior mercado de peixe da Amazônia brasileira, depois de Manaus, Belém e Tabatinga (ISAAC et al., 1996), e é o principal mercado consumidor do baixo Amazonas, região que se estende da fronteira do estado do Amazonas com o Pará até a foz do rio Xingu (ALMEIDA et al., 2009).

A pesca artesanal em Santarém desempenha um papel importantíssimo no fluxo de capital regional, gerando renda, além de garantir fonte de alimento, e posicionado entre os rios Amazonas e Tapajós é o principal município de toda região do Baixo Amazonas. Destaca-se como um dos principais polo de produção pesqueira no Estado do Pará, devido às potencialidades naturais das várzeas em torno de toda a extensão do rio Amazonas e está entre os três principais mercados de pescado da região, incluindo Manaus e Belém (MARTINS, 2009).

Sendo assim, a justificativa deste trabalho consiste entre estudar as atuações dos atores sociais que veem ocorrendo dos *stakeholders*, e por conta da hipótese levantada de que a participação social da construção de políticas públicas não estejam sendo inseridas nas agendas de governo das gestões do município de Santarém, e pela pesca ser uma grande potencialidade econômica e está entre as localidades de maior produtividade pesqueira do Pará e da Amazônia, mas nas últimas décadas a viabilidade do setor pesqueiro vem sendo debatida pela criação e manutenção das políticas públicas já efetivadas que garantam o uso sustentável dos recursos e melhores investimentos na infraestrutura (FURTADO, 1993; MCGRATH et al., 1993, 1998; RUFFINO; ISAAC, 1994; RUFFINO et al., 1999; MCDANIEL, 1997; Da COSTA et al., 1999; BATISTA; FABRÉ, 2003).

Qual seu questionamento científico desta pesquisa entrelaça na ausência de políticas públicas por haver diversas questões conflituosas em nossa região relacionadas à pesca artesanal em Santarém, questões sobre fiscalização, infraestrutura, conflitos pelo recurso pesqueiro e a falta de um monitoramento pesqueiro.

O objetivo geral deste trabalho consiste em identificar a atuação dos *stakeholders* do setor pesqueiro, considerando as definições de suas ações na elaboração de políticas públicas, que proporcionem o desenvolvimento da pesca artesanal no município de Santarém-Pará.

Desta forma, reconhecendo a importância da atuação do Estado e entendendo que as políticas públicas tendem a incidir, direta ou indiretamente, sobre os conflitos socioambientais nas regiões, assim como nortear as ações concretas de desenvolvimento sustentável para as

populações locais, assim como para as populações tradicionais pesqueiras, essa pesquisa pretende descrever as políticas públicas do setor pesqueiro, analisando a atuação dos Stakeholders em segmentos envolvidos na atividade, referente ao município de Santarém-Pará, alinhando a tomada de decisões para Gestores Públicos, averiguando quais são as reais contribuições para o setor pesqueiro e seus atores sociais.

2 REVISÃO DA LITERATURA: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SETOR PESQUEIRO

Um relato contundente sobre a origem e trajetória dos pescadores artesanais, que tinham a sua organização social subjugada às ordens do Estado Colonial, considerando a Colônia ao Império, onde os primeiros regulamentos, tentativas de controle da produção de pescado e impostos, narrando sobre a primeira prática oficial em relação à pesca que remonta à doação das Capitâneas Hereditárias, no século XVI, onde os pescadores tinham a obrigação de doar um peixe à Capitania a cada dez que pescavam, além de prisões do pescador em caso de não cumprimento da jornada diária de trabalho, o monopólio do sal, os “escravos pescadores”, pesqueiros reais da Amazônia, dentre outras arbitrariedades (FOX 2010; SILVA, 1988).

2.1 Ontologia das Políticas Públicas

No início dos anos de 1980 no Brasil, ocorreu um processo de redemocratização, onde as Políticas Públicas surgiram a partir da Constituição Federal de 1988, como mecanismo direto, uma nova relação entre Estado e sociedade, onde a sociedade civil, de forma organizada, participem na formação e implementação dessas políticas e no controle das ações do governo em todos os níveis, supondo-se que a partir desse novo “modelo” de política, ocorra o fortalecimento de relações democráticas e de reconhecimento da cidadania do outro, em todos os níveis, assim como ocorra o estabelecimento de relações políticas e negociações democráticas entre o Estado e a sociedade (GUIMARAES, 2012).

As políticas públicas foram definidas por Bucci (2006) como programas de ação governamental que visa coordenar os meios à disposição do Estado, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Muller (2002) apresenta a amplitude nos elementos de definição de Políticas Públicas, definida por Mény e Thoenig (1989), no qual, as políticas públicas são constituídas por um conjunto de medidas concretas; que compreende as decisões e formas de atribuição dos recursos com a natureza mais ou menos

autoritária; se insere em um marco geral de ação; tem um público definido; e estipula metas ou objetivos.

As políticas públicas são previstas por lei, como na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que em seu Capítulo II, Art. 6º, inferindo acerca dos Direitos Sociais, traz a seguinte diretriz: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Embora não exista uma única, nem melhor, definição sobre o que seja Política Pública, Souza (2006) narrou diversos autores que abordaram sobre esse conceito: Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos; Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como o que o governo escolhe fazer ou não fazer (PETERS, 1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos; e Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grande questões públicas.

Para Saravia (2006), Políticas Públicas trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social, com decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão, podendo considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório.

Costa (2015) narra que sempre pensamos em Políticas Públicas como algo vindo do Estado, porém, os grandes motores contemporâneos das Políticas Públicas têm sido os movimentos e organizações da sociedade civil, para o mal e para o bem, criando tensões enormes nesse campo, assim, o Estado, não é o único ator, e muitas vezes é o principal na elaboração, na implementação e na avaliação das Políticas Públicas. Historicamente os pescadores artesanais de Santarém sofre um descaso pelo poder público, assim vivenciando dificuldade e conflitos entres os pescadores locais, regionais e internacionais.

Para Angst e Soglio (2018), é importante que Políticas Públicas sejam conectadas com o saber dos pescadores e às especificidades regionais, pois existe uma heterogeneidade dos projetos no espaço local o que leva a pensar no tempo natural das pessoas, costumes dos grupos e suas relações sociais, evidenciando que os elaboradores das políticas públicas devem projetar e se preocupar como estas políticas chegam aos beneficiários.

Oviedo et al. (2015), destacam que a pesca intensiva nas várzeas amazônicas gera conflitos em dimensões complementares, relacionada à sustentabilidade dos recursos, e aos interesses e perspectivas distintas dos *stakeholders* da população local em relação ao acesso de recurso por parte de forasteiros, corroborando se tornam vulneráveis justamente pela ausência do estado e de políticas públicas, que demanda de novas e mais eficientes formas de gerenciamento, sendo que a relevância da implementação de políticas públicas voltadas para a gestões participativas locais, visam assegurar a participação de comunitários para a discussão coletiva a respeito do uso e acesso aos recursos naturais.

A pesca na Amazônia mostra-se como uma atividade das mais importantes para os povos locais, sendo impulsionada desde a época da colonização desta região, desenvolvida ao longo do curso de grandes rios que formam este espaço, no entanto, mesmo antes do início do processo de colonização a pesca mostrava-se como principal fonte de alimento para as populações indígenas que aqui residiam (JÚNIOR, 2015). As riquezas ambientais amazônicas são fontes de sobrevivência de seus moradores (RAYNAUT, 2004) e a pesca na região destaca-se das demais regiões do país, pela riqueza de espécies exploradas, quantidade de pescado capturado e dependência da população tradicional a esta atividade (BARTHEM; FABRÉ, 2004). Atrelado à problemática ambiental, e nos desafios para o desenvolvimento na Amazônia, está a abordagem da Gestão dos Recursos Pesqueiros na região.

Paula (2016) cita que o setor pesqueiro foi historicamente pautado por políticas descontinuadas, em que o Estado brasileiro esteve ausente no que diz respeito a projetos de estímulo ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades pesqueiras e de políticas estratégicas para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura. A ação deficiente do poder público, em relação ao seu papel como gestor dos recursos pesqueiros, e a exclusão da pesca nos programas governamentais de gerenciamento de recursos naturais da região, permitiu o aumento descontrolado da exploração (ISSAC et al., 2003).

Desta forma, na Amazônia, os conflitos socioambientais ganharam visibilidade principalmente a partir da década de 1960, com a implantação de grandes projetos desenvolvimentistas que acelerou a expansão urbano-industrial, e gerou um quadro de conflitos por toda a região (CHAV et al., 2008).

2.1.1 Síntese da evolução das Políticas Públicas Pesqueiras no Brasil

Após as mudanças ocorridas no setor pesqueiro a partir da década de 1960, as agências governamentais persistiram numa visão distorcida dos pescadores artesanais, considerando-os trabalhadores indolentes e marginalizados (DIEGUES, 2004).

A primeira ação efetiva do governo brasileiro para regulamentar a pesca no país foi a criação da Inspeção de Pesca, através do Decreto nº 9.672 de 17 de julho de 1912, aprovado pelo então presidente Hermes Rodrigues da Fonseca, com a finalidade de estudar e divulgar os recursos naturais das águas brasileiras desenvolvê-los tanto quanto possível e regular a sua utilização (SANTOS, 2019).

A inspeção determinou a criação das Colônias de Pescadores, organizando e controlando a atividade pesqueira em todo o território nacional e tinha como objetivo principal nacionalizar a pesca no Brasil (SILVA, 2015).

Em 1919, partiu do estado do Rio de Janeiro, uma expedição sob o comando do Capitão Frederico Villar, denominada “Missão do Cruzador José Bonifácio”, com a finalidade de nacionalização da pesca no Brasil, organização dos serviços de pesca e pesquisas oceanográficas, e saneamento do litoral brasileiro, criando mais de 800 colônias de pescadores ao longo do litoral brasileiro, que desempenhou, desta forma, um importante papel na nacionalização da pesca (SANTOS, 2019).

A Inspeção de Pesca, além da questão de organização e controle da pesca nacional, concedia inúmeros benefícios aos pescadores, destacados a seguir:

Art. 69. Aos pescadores, individualmente, e as empresas, companhias e associações de pesca (...) são assegurados os seguintes favores: a) concessão de terrenos de marinha e terrenos públicos, (...) para fundação de estabelecimentos de pesca; b) direito de desapropriação, por utilidade pública, dos terrenos necessários à edificação de estaleiros, parques e depósitos de salga e frigoríficos; c) redução dos direitos de importação a 8 % do valor, (...) para os seguintes objetos: embarcações a vapor ou a vela, destinadas exclusivamente a pesca, (...) Art. 70: a) matrícula gratuita nas escolas de pesca, para si e seus filhos; b) preferência para os cargos da inspeção que lhes forem acessíveis; c) localização nas colônias de pescadores que forem criadas nos termos do art. 53; d) fornecimento de aparelhos (BRASIL, 1912).

Outro passo para regulamentar a atividade pesqueira no país foi dado pelo presidente Getúlio Vargas, através do decreto de 1912, aprovado em 02 de janeiro de 1934, o Decreto nº 23.672, que criou o Código de Caça e Pesca, onde todos os serviços ligados à atividade pesqueira ficaram subordinados ao Ministério da Agricultura. No artigo segundo desta normativa, a divisão da pesca foi dividida em duas modalidades: pesca marítima e pesca interior, que garantiu a permissão para o exercício da pesca e funções relacionadas, o artigo sétimo restringiu estas atividades aos brasileiros, conforme descrito a seguir: Art. 7º: “*Somente*

aos brasileiros é facultado o exercício e exploração da pesca e indústrias correlatas”.
(BRASIL, 1934).

Quadro 01: Linha do tempo das Públicas Pesqueiras do Brasil.

Regulamentação	Órgãos	Diretrizes
Decreto nº 64.618, de 1969 (BRASIL, 1969).	Congresso Nacional/ Sudepe	Aprova o regulamento do trabalho a bordo das embarcações pesqueiras (Decreto-Lei nº 221, de 1967).
Lei nº 7.356, de 1985 (BRASIL, 1985).	Congresso Nacional/Lei Orgânica da Previdência Social	Faculta aos pescadores profissionais, sem vínculo empregatício, a filiação ao regime da Lei Orgânica da Previdência Social, na qualidade de trabalhadores autônomos.
Decreto nº 1.946, de 1996 (BRASIL, 1996).	Congresso Nacional	Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, beneficiando pescadores artesanais e aquicultores.
Lei nº 9.445, de 1997 (BRASIL, 1997).	Congresso Nacional	Concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais, regulamentada pelo Decreto nº 7.077, de 2010.
Lei nº 9.605, de 1998 (Lei de Crimes Ambientais) (BRASIL, 1998).	Congresso Nacional	Aplica penalidades a quem pescar em período não permitido; capturar espécies que devam ser preservadas, em tamanhos, quantidades ou por métodos e aparelhos não permitidos; prevê sanções a todos os agentes da cadeia produtiva que atuarem por meio destas práticas.
Decreto nº 4.810, de 2003 (BRASIL, 2003).	Congresso Nacional	Normatiza as operações de embarcações pesqueiras nas zonas brasileiras de pesca, alto mar e por meio de acordos internacionais.
Lei nº 10.779, de 2003 (BRASIL, 2003).	Congresso Nacional	Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal, substituindo a Lei nº 8.287, de 1991.
Lei nº 10.849, de 2004 (BRASIL, 2004).	Congresso Nacional	Gerencia o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira), regulamentada pelo Decreto nº 5.474, de 2005.
Lei nº 10.893, de 2004 (BRASIL, 2004).	Congresso Nacional	Gerencia o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e o Fundo da Marinha Mercante (FMM), financiando a construção de embarcações pesqueiras, em especial à pesca artesanal.
Decreto nº 5.231, de 2004 (BRASIL, 2004).	Congresso Nacional/SEAP	Dispõe sobre a exploração de Terminais Pesqueiros Públicos.
Lei nº 11.699, de 2008 (BRASIL, 2008).	Congresso Nacional/SEAP	Reconhece as colônias de pescadores como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias.
Lei nº 11.959, de 2009 (BRASIL, 2009).	Congresso Nacional	Proíbe a captura durante o período de reprodução das espécies, visando protegê-las e assegurar a sustentabilidade da atividade pesqueira.
Lei nº 11.958, de 2009 (BRASIL, 2009).	MPA e MMA	Altera a Lei nº 10.683, de 2003, instituiu o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), mantendo as questões relativas ao ordenamento pesqueiro e fiscalização ambiental como atribuições do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), respectivamente.
Decreto nº 6.981, de 2009 (BRASIL, 2009).	ICMBio	Regulamenta a atuação conjunta do MPA e do MMA nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos

		recursos pesqueiros, instituindo o Sistema de Gestão Compartilhada (SGC) para o uso sustentável dos recursos pesqueiros
Decreto nº 8.424, de 2015 (BRASIL, 2015).	Câmara dos deputados	Regulamenta a Lei nº 10.779, de 2003 com as alterações que lhe foram introduzidas por meio da Lei nº 13.134, de 2015, entre as quais se destaca a exigência de exercício da atividade pesqueira de forma exclusiva e ininterrupta para a concessão do pagamento do seguro-defeso.

Fonte: Adaptado de Corrêa (2017).

As políticas públicas de origem Federal da atividade pesqueira no Brasil, começaram a ser implementadas a partir dos anos de 1960, onde a atividade pesqueira brasileira encontrava-se em uma fase chamada pré-industrial ou artesanal, subdividida em três períodos: o primeiro período até 1912, com o surgimento dos primeiros atos legais referentes à pesca, que eram leis promulgadas pelas municipalidades e a criação da Inspeção Federal de Pesca, subordinada ao Ministério da Agricultura, que passou a centralizar esta atividade; o segundo período (1912 a 1932), com a institucionalização da pesca; e o terceiro e último período (1933 a 1961), com a tecnificação da pesca controlado pela Inspeção de Caça e Pesca, do Ministério da Agricultura, depois denominada Divisão de Caça e Pesca e subordinada ao Departamento de Produção Animal (RUFFINO, 2005).

Considerando essa dimensão político-institucional da administração pesqueira no Brasil, outros autores, também relataram três períodos com características distintas na organização institucional para a gestão da pesca no país como (GIULIETTI; ASSUMPCÃO, 1995; ABDALLAH, 1998; DIAS NETO, 2003; PAIVA, 2004; AZEVEDO; PIERRE, 2014):

O primeiro período, entre os anos de 1962 e 1989, teve como foco a vigência do controle da pesca pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca; no segundo período entre 1989 e 1998, o Ibama ficou com a responsabilidade exclusiva da gestão das pescarias no Brasil; e o terceiro Período, entre 1998 e 2003, foi marcado pela divisão de competências entre o MMA e o MPA.

As ações por parte dos governos, durante esses períodos, eram centradas ora no desenvolvimento industrial do setor, ora na conservação e preservação dos recursos pesqueiros, com poucas ações de incentivo ao desenvolvimento e fomento à atividade, repercutindo um cenário com dificuldades de acesso às políticas públicas por parte dos pescadores artesanais, que ocasionou condições precárias de vida, empobrecimento das comunidades pesqueiras, gerou a concorrência desigual com a pesca industrial e a aquicultura empresarial (GRAZIANO da SILVA, 1982; AZEVEDO; PIERRI, 2014; ANGST E SOGLIO, 2018).

No período que inclui o governo militar (1964-1985), entre os anos de 1962 e 1989, o órgão responsável pelas políticas para o setor pesqueiro, foi a Sudepe, que implementou uma

política desenvolvimentista, focada especialmente na pesca industrial, fazendo uso de incentivos fiscais e tributários (AZEVEDO; PIERRE, 2014).

2.1.2 As Políticas Públicas Pesqueiras na Amazônia

Durante as décadas de 1970 e 1980, a intensificação das atividades pesqueiras comerciais e das políticas governamentais, contribuíram para o aumento da demanda do pescado e da pressão das comunidades sobre os lagos nas várzeas amazônica, surtindo um efeito de preocupação com o esgotamento dos estoques pesqueiros, fazendo com que as comunidades se organizaram para pressionar o Ibama, ao final da década de 1980 e início da década de 1990, visando a evitar a pesca comercial e negociar acordos de pesca comunitários (OVIEDO; BURSZTYN, 2017). Principais leis e medidas reguladoras da atividade de pesca e aquicultura na Amazônia e suas principais diretrizes (CORRÊA, 2017).

Quadro 2: Linha do tempo das Políticas Públicas Pesqueiras da Amazônia.

Regulamentação	Órgãos	Diretrizes
Lei nº 2.713, de 2001 (BRASIL, 2001).	Alea	Dispõe sobre a política de proteção à fauna aquática e de desenvolvimento da pesca e aquicultura sustentável.
IN nº 29, de 2002 (IBAMA, 2022).	Ibama	Estabelece critérios para a regulamentação, pelo IBAMA, de Acordos de Pesca definidos no âmbito de uma determinada comunidade pesqueira.
IN nº 34, de 2004 (IBAMA, 2004).	Ibama	Estabelece normas gerais para o exercício da pesca do pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>) na Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas.
IN nº 1, de 2005 (MDA, 2005).	MDA	Proíbe anualmente a pesca, o transporte, a armazenagem e a comercialização do pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>) no estado do Amazonas, durante o período de 1º de junho a 30 de novembro.
IN nº 35, de 2005 (MAPA, 2005).	Mapa	Proíbe, anualmente, no período de 1º de outubro a 31 de março, a pesca, o transporte, a armazenagem, o beneficiamento e a comercialização do tambaqui (<i>Colossoma macropomum</i>) na bacia hidrográfica do rio Amazonas.
Portaria nº 48, de 2007 (IBAMA, 2007).	Ibama	Estabelece normas de pesca para o período de proteção à reprodução natural dos peixes, na bacia hidrográfica do rio Amazonas, nos rios da Ilha do Marajó, e na bacia hidrográfica dos rios Araguari, Flexal, Cassiporé, Calçoene, Cunani e Uaçá no Estado do Amapá.
IN nº 3, de 2011 (SDS, 2011).	SDS	Estabelece critérios e procedimentos para regulamentação de Acordos de Pesca pelo Estado do Amazonas através da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), como instrumento estratégico de gestão pesqueira.
Decreto nº 31.151, de 2011 (AMAZONAS, 2011).	Governo Estadual do Amazonas	Disciplina a pesca em uma área da Bacia do Rio Negro, compreendendo o trecho situado entre a divisa do Amazonas com a Colômbia, até a foz do Rio Branco.
Resolução CEMAAM nº 19, de 2014 (SEMA/AM, 2014).	Sema/AM	Estabelece anualmente o período do defeso reprodutivo do surubim (<i>Pseudoplatystoma punctifer</i>) e caparari (<i>Pseudoplatystoma tigrinum</i>).
Decreto nº 36.083, de 2015	Governo Estadual do Amazonas	Regulamenta a pesca manejada do pirarucu (<i>Arapaima spp.</i>) em Unidades de Conservação Estaduais, em áreas de Acordos de Pesca e em áreas de relevante interesse socioambiental, instituídas pelo órgão estadual competente.

Fonte: Adaptado de Corrêa (2017).

2.2.3 As Políticas Públicas Pesqueiras no Estado do Pará

No Estado do Pará houve um grande incentivo à pesca industrial com recursos financiados pelo poder público, cuja produção era destinada à exportação do pescado. Tal política levou a um desequilíbrio na exploração dos recursos e gerou transformações na produção pesqueira (MELLO, 1994). No ano de 1974, com a criação do Plano de Assistência à Pesca Artesanal (Pescart), criou-se um programa destinado ao pescador artesanal, que conforme foi algo ainda de forma incipiente, a autora destacou que qualquer política direcionada ao setor pesqueiro artesanal precisa levar em conta as especificidades deste tipo de pesca, sazonalidade, captura incerta, intempéries, relações de reciprocidade, dependência do atravessador, entre outras (LEITÃO, 1995; JUNIOR, 2008).

De acordo com Viana (2016), na esfera Federal e Estadual, no estado do Pará, existiram várias políticas de promoção ao desenvolvimento pesqueiro, dentre elas: Benefícios fiscais por meio da Lei de tratamento tributário (Lei estadual 6.883/06) (PARA, 2006); Subsídio de projetos pesqueiros outorgados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) (Lei complementar 124/07) (BRASIL, 2007); Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) de financiamento de projetos (Decreto-lei 1.946/96) (BRASIL, 1996) e o Plano Safra os quais fundamentam-se na Lei do crédito rural (Lei 4.829/65) (BRASIL, 1965); Subvenção econômica do preço do óleo diesel para embarcações (Decreto 7.077/10) (BRASIL, 2010); Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota), para financiamento de embarcações (Lei 10.849/04; Decreto 5.474/05) (BRASIL, 2004; 2005); Seguro-defeso pago ao pescador artesanal (Lei 13.134/15; Decreto 8.424/15) (BRASIL 2015; 2015); Descontos na tarifa de energia para atividade de aquicultura (10.438/02; Resolução normativa 414/10) (BRASIL, 2002; 2010).

Bem como, a cessão de áreas aquícolas da usina hidrelétrica de Tucuruí para fins de aquicultura (Decreto 4.895/03; I.N. Interministerial 06/04) (BRASIL, 2003; 2004). Viana (2017) ainda cita, quanto à regulamentação da atividade pesqueira, estão vigentes diretrizes que abrangem a esfera federal e estadual, sendo elas: Lei estadual 6.451/02 (PARA, 2002): partindo desde o controle de apetrechos de pesca e proteção de áreas; Lei estadual 6.082/97 (PARA, 1997): Proteção de organismos aquáticos; Leis federais 9.605/98 e 9.985/00 (BRASIL, 1998; 2000); Decreto 3.179/99 (BRASIL, 1999): Introdução de espécies exóticas e outros crimes ambientais; Lei estadual 6.713/05 (PARA, 2005); Leis federais 8.213/91, 10.779/03, 11.380/06; 6.241/07; 11.699/08; 11.959/09 (BRASIL, 1991; 2003; 2006; 2007; 2008; 2009): Cadastramento, regularização da profissão e da atividade, bem como, benefícios de aposentadoria, auxílios e indenizações; Decreto 2.020/06; I.N. 09/08; IN 004/13 ; Decreto

8.424/15 (BRASIL, 2006; 2008; 2009; 2013; 2015): Autorização, permissão e licença para exercício da atividade; Leis estaduais 6.167/98 e 6.353/01 (PARA 1998; 2001); Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema) 19/01 (PARA, 2001): Modalidade de recreação. E por último como ação do governo do estado, houve uma criação do Decreto Estadual 1.686 de 2021 que regulamenta os acordos de pesca no Estado do Pará (PARA, 2021).

O autor supracitado descreve ainda sobre a importância dos pescadores em conflitos e movimentos sociais da época, onde “foram sobretudo os pescadores, através dos conhecimentos de navegação, inerentes à sua atividade, que determinaram os resultados de conflitos” (SILVA, 1988, p. 75). Diante de uma série de conflitos retratados na origem da “sociedade escravista-colonial”, os pescadores reagiram participando ativamente e, às vezes, decisivamente das lutas de protesto e de libertação da época.

Sobre o interesse pelo ‘mundo da pesca artesanal’ nas reflexões acadêmicas sobre os movimentos sociais, pontuando pesquisas realizadas desde a década de 1970 sobre as comunidades pesqueiras pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), citando que as reflexões feitas por alguns pesquisadores da região amazônica, foram feitas de maneira macro, abordando um contexto histórico, envolvendo as organizações políticas na pesca pelo Brasil, sem um olhar direcionado para uma dada realidade (JUNIOR, 2007; CAMPOS, 1993; MELLO, 1995 e LEITÃO, 1995).

Assim, o conceito utilizado por Touraine (1989) ressalta que o princípio identitário dos atores sociais foi adaptado às especificidades do contexto pesqueiro, já que os objetivos de seus MS, por enquanto, não vão além do interesse deste grupo. O referido autor os denomina de “movimentos sociais de base” e considera as especificidades políticas, econômicas, sociais e culturais de cada grupo investigado (JÚNIOR, 2007).

Embora o movimento chamado de “Cabanagem”, ocorrida em 1835 (BEZERRA NETO, 1999), não era uma reação genuína dos pescadores, mas um processo cujo objetivo era um projeto maior de conquista social foi nesse momento que se visualizou a presença de pescadores na busca de melhoria da qualidade de vida, desde que os cabanos em sua maioria, eram pessoas que moravam em áreas ribeirinhas na Amazônia, estando os pescadores inseridos neste espaço (CAMPOS, 1993; JÚNIOR, 2007).

Por volta de 1918, cem anos após a fundação da primeira colônia, que o cruzador José Bonifácio, sob o comando do oficial da Marinha de Guerra, comandante Frederico Villar, iniciou uma viagem pela costa do Brasil e em cada local que aportava a tripulação, composta inclusive de médicos e dentistas, atendia a população caiçara e promovia registro e criação de

Colônias de Pescadores com a finalidade de representar e defender direitos e interesses de seus associados.

Em 1818 na Enseada das Garoupas no Estado de Santa Catarina foi fundada a primeira Colônia de Pescadores do Brasil denominada Nova Ericéia. O primeiro estatuto das colônias de pescadores data de 1º de janeiro de 1923, proveniente da Marinha. As colônias eram definidas como agrupamento de pescadores ou agregados associativos. Para poder pescar os pescadores eram obrigados a se matricular nas colônias.

2.2 Contextualizando e Conceituando o termo “Stakeholders”

Nas duas últimas décadas, o uso da análise dos *Stakeholders* como ferramenta para o planejamento estratégico tem se tornado bastante comum nos campos da administração e no desenvolvimento de políticas públicas (XAVIER, 2010), sendo reconhecida a importância desse grupo, assim como seu potencial de influência sobre as organizações, pelos gestores, pesquisadores e políticos do tema, ressaltando essa análise como uma tendência que visa aliar os objetivos da organização com o ambiente externo e às demandas (MATIAS et al., 2021).

Assim, a gestão da empresa, como integrante de um grande sistema aberto, sofre influência externas do ambiente, como também exerce influências sobre este meio. A capacidade de a empresa conseguir obter vantagem competitiva nos relacionamentos com seus *Stakeholders* pode ser a chave do sucesso organizacional.

Portanto, o estudo dos *Stakeholders* deve considerar a organização como pertencente a um sistema aberto com múltiplas relações de influências, porque as organizações não são auto-independentes, ficando condicionadas às demandas do ambiente para fornecer recursos necessários e absorver outros recursos.

O termo *Stakeholders* não tem tradução literal para a língua portuguesa. O seu emprego por atores estrangeiros dá-se com o sentido de identificar grupos que atuam direta ou indiretamente sobre as organizações, conforme pode ser verificado, que *Stakeholders* é qualquer ator social ou coletivo que estiverem envolvidos com seus e os interesses de empresas, ou seja, todas as partes interessadas de organizações, empresas, corporações, setores de produção, empreendimentos e/ou projetos. (FREEMAN, 1984; GOODPASTOR, 1991; CAMPBELL, 1997; ROWLEY, 1998; FROOMAN, 1999).

“Qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela relação dos objetivos da empresa” (FREEMAN, 1984, p.25).

Os *Stakeholders* são grupos ou pessoas que influenciam o contexto organizacional na busca de resolução de seus objetivos. Esta definição é perfeitamente compatível com a

terminologia apresentada, visto que em cada conceito tem-se nitidamente a presença de uma interação entre grupos e a organização em um ambiente organizacional (ROWLEY, 1998; FREEMAN, 1984).

Segundo Campbell (1997), a teoria dos *Stakeholders* utilizando-se dos mecanismos de análise da teoria sistêmica, referente à interdependência e integração dos agentes que compõem um sistema procura explicar essa inter-relação e desenvolver fundamentação teórica sobre a responsabilidade social da organização com o ambiente onde está inserida. Além disso, sugere que o comportamento estratégico das organizações é afetado por diversos grupos situados em seu ambiente e as estratégias da organização devem buscar satisfazê-los da melhor maneira possível, sob pena de fracasso na implementação de suas políticas e diretrizes, daí a importância do estudo, da análise e da pesquisa sobre os grupos de *Stakeholders* que atuam sobre elas.

Apesar de tecer críticas quanto à aplicabilidade da teoria dos *Stakeholders* no diz respeito a seu caráter de responsabilidade social, o autor supracitado, concorda com outros autores que essa teoria procura demonstrar a influência de grupos sobre o processo decisório organizacional, bem como os efeitos produzidos na gestão em decorrência do impacto provocado no produto em si, nos preços, nos custos e no atendimento das necessidades de seus *Shareholders* e não atender às necessidades de seus *Stakeholders* (ARGENTI, 1997).

Pelo para alguns autores defensores da teoria dos *Stakeholders*, a organização deve ter responsabilidade social diante do ambiente em que vive, existem *Stakeholders* que atuam diretamente sobre a empresa buscando dividendos, melhores salários, maiores prazos de pagamentos e preços baixos, são os *Stakeholders* ativos, por serem influenciadores imediatos do processo de gestão organizacional. Ainda segundo Campbell (1997), os outros agentes que afetam a organização de forma mediata são chamados de *Stakeholders* passivos, destacando-se entre estes a sociedade, as organizações não governamentais (CAMPBELL, 1997).

Argenti (1997) enfatiza que o número potencial de *Stakeholders* que atuam nas organizações é infinito, dependendo de suas peculiaridades e do negócio envolvido, outro aspecto a ser abordado refere-se à quantidade de *Stakeholders* que mantêm relações diretas e indiretas com a organização. O número de *Stakeholders* que atuam sobre as organizações não tem uma quantidade definida,

Assim, pode-se entender como *Stakeholders* os acionistas, os credores, os gerentes, os empregados, os consumidores, os fornecedores, o governo, a comunidade local, as organizações não governamentais e o público em geral, e neste caso os pescadores artesanais, é muito difícil afirmar quem é *Stakeholders* e quem não é, para isso faz-se necessário definir os objetivos da organização e sua atuação no mercado, para apuração das forças que interagem de forma direta

ou indireta. O relacionamento da empresa e o negócio é que vão estipular o número de *Stakeholders* que atuam sobre a organização (CAMPBELL, 1997).

As ações dos *Stakeholders* provocam modificações no ambiente externo, restringindo as ações da organização. Está, intimamente, adaptar-se-á ao novo ambiente externo e/ou tentará influir nele, para diminuir ou reverter a ação externa” explica (BORENSTEIN, 1999).

Os *Stakeholders*-chave são elementos diretos que afetam decididamente o processo produtivo organizacional, de forma direta, sendo ainda indispensáveis para o atingimento dos objetivos propostos. Diversos estudos têm sido feitos para analisar os *Stakeholders*-chave que atuam no cenário organizacional, sendo apresentado abaixo uma síntese referente a empregados, fornecedores, acionistas, consumidores, governo, concorrentes e distribuidor, segundo a concepção de diversos estudiosos podendo-se destacar os trabalhos de (FREEMAN, 1984; ARGENTI, 1997; CHAMPELL, 1997; MITCHELL et al., 1997; ARGANDONA, 1998; ERNST; YOUNG et al., 1999).

A proposta de Drucker (2000) de fazer com que os empregados sintam os interesses pessoais do empregado com os interesses da organização. Note-se que o processo de mudança, conforme a proposta de Drucker, é de caráter proativo para antecipar-se aos problemas e empregar uma estratégia adequada de relacionamento.

Focar o negócio no consumidor, inovar produtos e serviços, indo além, de suas perspectivas, encantando-os, pode ser uma vantagem competitiva essencial para aumento de vendas e incremento dos lucros e criação de valor para aos *stakeholders* envolvidos, é uma perspectiva defendida por Nasser (2000).

Saber enfrentar a concorrência, explorando os seus pontos fracos, realizando estudo sobre a potencialidade do setor produtivo pesqueiro, permite que as instituições e empresas melhorem seus produtos e serviços, sua rentabilidade e sua performance. A consequência disso é que a organização deve tornar-se competitiva, mesmo que opere a nível local ou regional (DRUCKER, 2000).

Note-se que os *Stakeholders* não podem ser evitados, pois fazem parte dos processos de gestão, porém a empresa pode alavancar seus resultados sabendo lidar com esses grupos de influências e para isso necessitará de habilidades gerenciais capazes de vislumbrar horizontes inusitados e de alta potencialidade.

Corroborando com essa afirmação, Campbell (1997) enfatiza que é defensor da teoria dos *Stakeholders* pois acredita que seja fundamental para compreender como a organização deve ganhar dinheiro nos negócios sem perder de vista a sua responsabilidade social e ambiental.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa trata-se de um estudo exploratório e descritivo, com abordagem quantitativa e qualitativa, considerando o contexto do objeto de pesquisa com diversas fontes de informações e utilização de diferentes abordagens metodológicas, tais como:

- **Pesquisa bibliográfica:** Análise de livros, artigos, eventos acadêmicos, diagnóstico de instituições, seminários promovidos pelos atores, relatórios de atividades relacionadas à pesca artesanal.

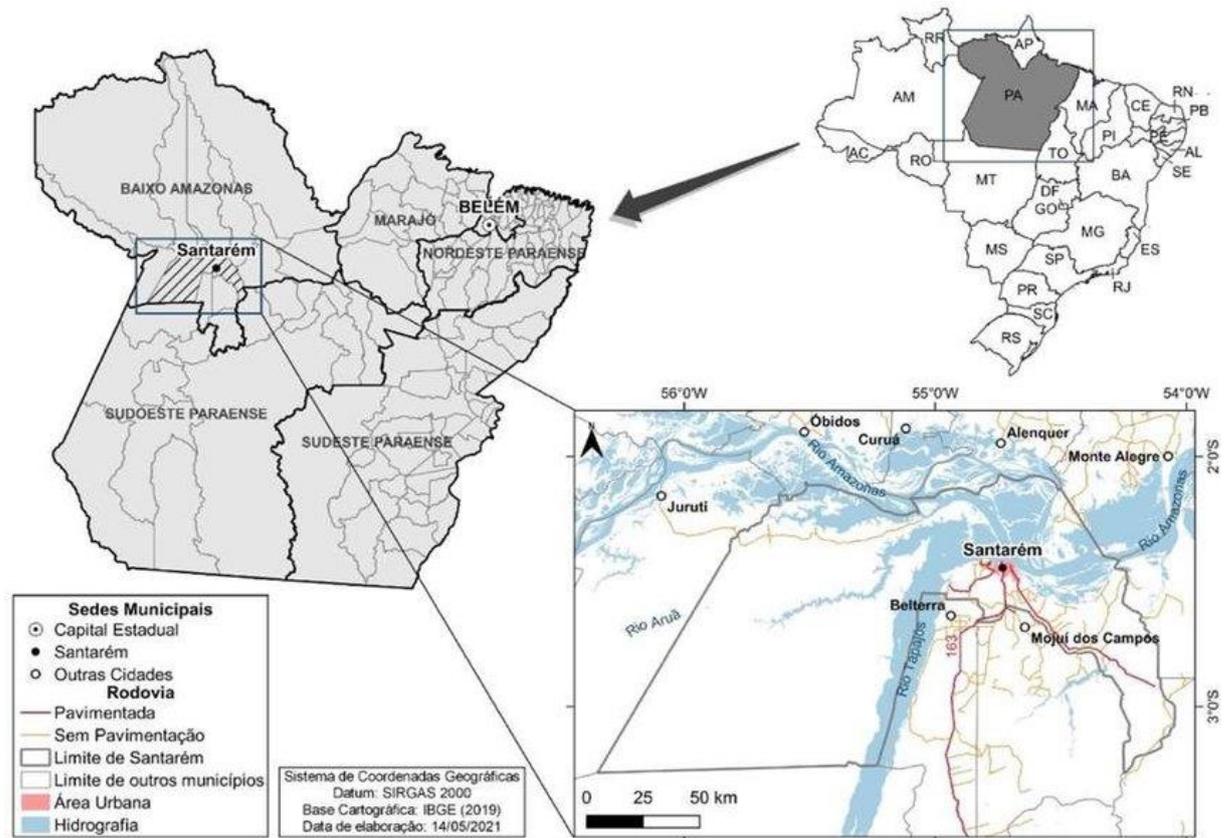
- **Pesquisa documental e exploratória:** Busca por políticas públicas em agendas de governo relacionadas com a pesca artesanal, processos administrativos, judiciais e notícias sobre pesca artesanal, reuniões feitas pela sociedade civil, atuação e ocorrência de conflitos de pesca na microrregião de Santarém.
- **Técnicas:** visitas e entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionário com questões abertas e fechadas com pescadores, Gestores, administradores, representantes de conselho, de movimentos, sindicatos, localização de novos grupos, empresários envolvidos no setor, visita em órgãos governamentais como a Colônia de pescadores Z-20, Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma), Secretarias Estadual de Meio Ambiente (Semmas), Sedap, Ibama, ICMbio, Organização não governamental Saúde e Alegria, Sapopema, Ministério público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF), Pescadores artesanais.
- **Análise de dados:** identificar entraves na elaboração de políticas públicas alinhadas ao desenvolvimento regional sustentável.
- **Procedimentos:** Pesquisa bibliográfica, documental, Levantamento e análise de dados e pesquisa de campo. Analisando especificamente a Origem e a Ontologia das Políticas Públicas, como os *Stakeholders* da pesca estão atuando, e compreender o nível de envolvimento, conhecimento e acesso do pescador artesanal de Santarém-Pará às Políticas Públicas.

A primeira etapa foi realizar um levantamento do estado da arte, uma análise bibliográfica de livros, artigos publicados e notícias que contemplem o desenvolvimento e a aplicação de políticas públicas direcionadas aos pescadores artesanais de Santarém-PA, que também contribuiu para compor o método científico, levando em consideração informações em portais governamentais e não governamentais.

O estudo mapeou o quantitativo das produções científicas sobre diversas categorias sobre Pesca Artesanal, Políticas públicas e Stakeholders, a busca e reprodução dos mapas foram feitas somente com as palavras-chave “(políticas públicas) AND (pesca artesanal)” e (Stakeholders).

3.1 Local da pesquisa

Mapa 01. Local da pesquisa.



Fonte: Prodanov et al. (2013)

Ao tratarmos do objetivo específico delimitamos o estudo bibliográfico e análise bibliométrica utilizando software VosWiewer sobre a Ontologia das Políticas Públicas do segmento pesqueiro de Santarém-Pará; seguimos identificando os desafios que o setor enfrenta e suas resoluções através do contexto estabelecido pelas suas atuações, conflitos e arranjos institucionais.

Este trabalho está dividido entre o capítulo introdutório em traçar as linhas gerais que o presente estudo se propõe, sendo composto de: a definição do conceito de Políticas Públicas e as condições dos recursos pesqueiros na Amazônia, como a exposição do problema identificado é contextualizada pela revisão da literatura relativa ao tema proposto, traz uma abordagem relativa ao tema estudado, conforme a perspectiva de vários autores, utilizando subtópicos com temas específicos alinhado aos objetivos. A parte que trata da metodologia contempla as técnicas do método qualitativo de análise documental, e na aplicação de metodologias de coleta de dados. A revisão bibliográfica e bibliométrica em base de dados da SciELO index Web Of Science e Google acadêmico na busca de principais pesquisadores, a busca documental realizada permitiu identificar, ao longo do período de estudo, uma complexidade dos arranjos institucionais e na interação social, evidenciando um baixo nível de implementação para a maioria dos instrumentos das políticas públicas pesqueiras na região do referido estudo.

Para descrever o estudo das Políticas Públicas existentes no desenvolvimento da pesca em Santarém-Pará, foram realizados levantamentos de dados na Colônia de Pescadores Z-20, Sapopema, demais órgãos governamentais, não governamentais, movimentos dos pescadores artesanais, sindicatos dos pescadores artesanais, grupos organizados da sociedade civil sobre as políticas públicas, de que modo, estas os beneficiam e não beneficiam, assim como levando em consideração os representantes e lideranças de pescadores locais e de participantes de demais movimentos sociais da pesca *Stakeholders*.

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados, documentos e entrevista, com a utilização de um questionário semiestruturado sobre infraestrutura, fiscalização, suporte técnico, o conhecimento sobre políticas públicas. Aos técnicos dos órgãos governamentais e não governamentais, um por instituição e representantes sociais do setor pesqueiro, no qual foi abordado sobre as condições atuais e o andamento dessas políticas públicas na cidade de Santarém, levantamentos bibliográficos e documentais sobre o tema, considerando portarias, instruções normativas, artigos científicos, consulta em sites institucionais como Ibama, ICMbio, Secretarias Municipais e Estaduais de Meio Ambiente, Ong's e empresas. As fontes primárias foram obtidas por meio das consultas consentidas pelos principais *Stakeholders* da pesca artesanal identificados no município.

Em se tratando da entrevista semi-estruturada, atenção tem sido dada à formulação de perguntas que seriam básicas para o tema a ser investigado). Porém, uma questão que antecede ao assunto perguntas básicas se refere à definição de entrevista semi-estruturada. A entrevista semi-estruturada vem com questionamentos básicos com base em pesquisas, teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987; MANZINI, 1991).

Os questionamentos contribuíram com frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes, no qual, o foco principal foi colocado pelo investigador-entrevistador. Os autores supracitados, afirmam que a entrevista semi-estruturada favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações, a entrevista semi-estruturada está focada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas (TRIVIÑOS, 1987; MANZINI, 1991).

Os questionários foram aplicados somente pelo pesquisador. Os gestores, administradores, representantes de sindicatos, movimentos, entidades envolvidas e já descritas

e foram previamente avisados da pesquisa e seu objetivo, assim foi feito o agendamento da visita.

Stakeholders mapeados foram realizadas visitas ou contatos remoto e relacionados à suas competências, dentre os atores e atuações mapeamos as seguintes organizações:

1. Sociedade para Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente (Sapopema)
2. Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas (Mopebam)
3. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)
4. Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)
5. Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)
6. Colônia de Pescadores Z-20
7. Centro Integrado de Pesca Artesanal (Cipar)
8. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater)
9. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
10. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
11. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
12. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
13. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)
14. Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas/PA)
15. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap/PA)
16. Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santarém (Semma)
17. Feira do Pescado (Administrador)
18. Lideranças de Pescadores e Pescadoras
19. Vigilância Sanitária
20. Prefeitura de Santarém

CrITÉRIOS de Inclusão para participação na pesquisa: ser gestor, administrador ou responsável em órgãos governamentais e não governamentais, liderança de sindicatos ou movimentos atuantes no setor pesqueiro.

- Ser envolvido no setor produtivo da pesca artesanal;
- Aceitar participar da pesquisa;
- Sua atuação está localizada no município de Santarém.

CrITÉRIOS de Exclusão para não participação na pesquisa:

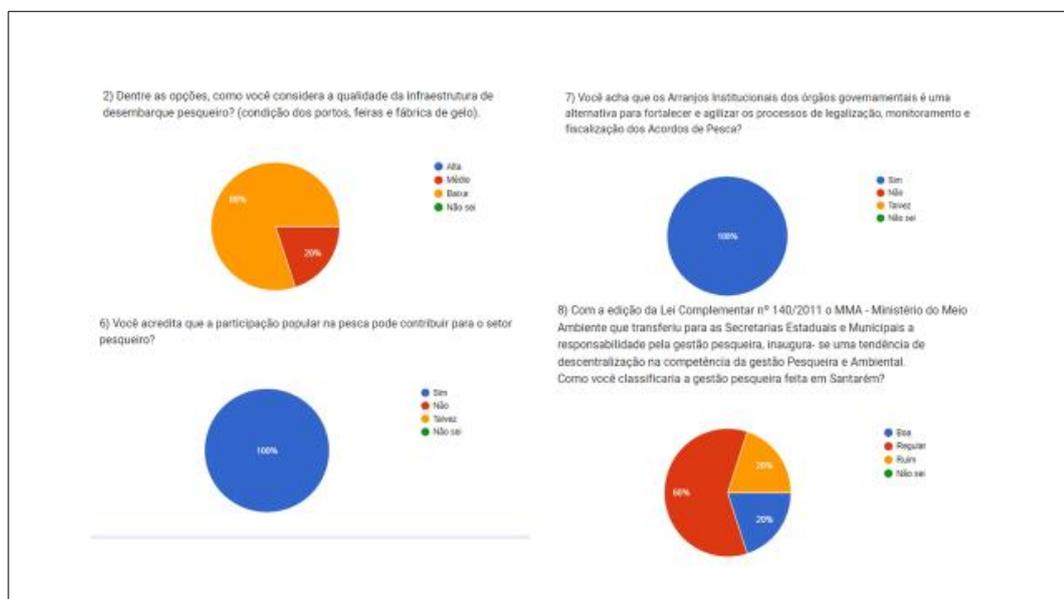
- Não ter atuação no setor pesqueiro;
- Não residir no Município de Santarém/Pará;
- Atuação fora dos limites municipais estabelecidos.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

O resultado da pesquisa consiste em contextualizar a atuação dos atores da pesca artesanal de como os desafios são enfrentados, quais desafios são estes diante às problemáticas existentes já contextualizadas na literatura e as atuais formas de reivindicação, que pretendem conquistar através da participação social para se alcançar os benefícios das Políticas Públicas. Foi feita uma lista das atuações desses atores, suas respostas estão evidenciadas em um resultado descritivo qualitativo e quantitativo.

Na figura 01 temos a pergunta número 02, 06, 07 e 08, e seus respectivos gráficos, o gráfico 02 é sobre a qualidade da infraestrutura do desembarque pesqueiro em relação a condição dos portos, feiras e fabricas de Gelo, 60% considera uma estrutura baixa contra 20% que dizer ser médio; na figura 06, buscamos informações sobre a participação popular na pesca, e se ela na concepção deles traz benefícios para o setor pesqueiro, 100% dos entrevistados disseram sim; No gráfico 07 é sobre a eficiência dos arranjos institucionais dos órgãos governamentais nos acordos de pesca, 100% das respostas apontam que os arranjos institucionais podem agilizar processos de legalização, monitoramento e fiscalização dos acordos de pesca; O gráfico 08 diz respeito a descentralização e competência do poder público sobre as tomadas de decisões da gestão pesqueira e ambiental, 20% consideram a gestão do jeito que está como boa, outros 20% consideraram como ruim, e 60% deixam como regular.

Figura 01. Resultado das entrevistas em gráficos.

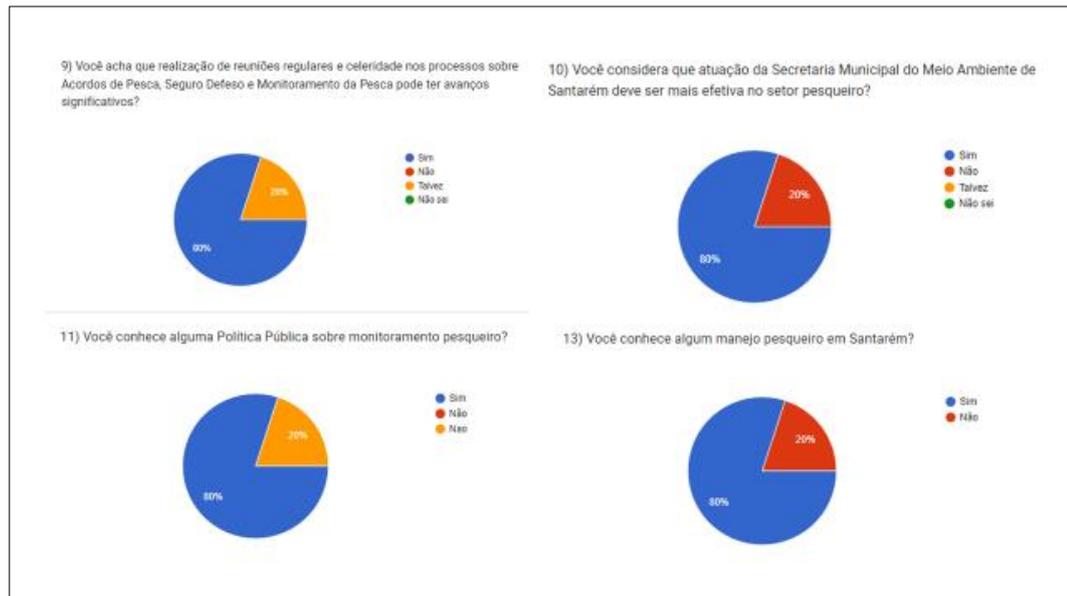


Fonte: Google formulários.

Na figura 02 temos os gráficos 09, 10, 11 e 13, no resultado do gráfico 09 é sobre a atuação do órgão que detém da competência sobre a gestão pesqueira e sua participação, se esse órgão tem reuniões regulares e celeridade nos processos sobre acordos de pesca, seguro defeso, monitoramento pesqueiro, 80% dizem que sim contra 20% que afirmam não haver essa gestão

participativa e ágil; no gráfico 10, questiona a atuação da Semma, se ela deve ser mais atuante no município, 80% dizem que sim contra 20% que a atuação está normal; No gráfico 11, é sobre o conhecimento de alguma política pública de monitoramento pesqueiro, 80% dizem haver políticas de monitoramento pesqueiro e 20% dizem que não há; No gráfico 13, é sobre manejo pesqueiro, 80% afirmam conhecimento positivo contra 20% que afirmam não conhecer.

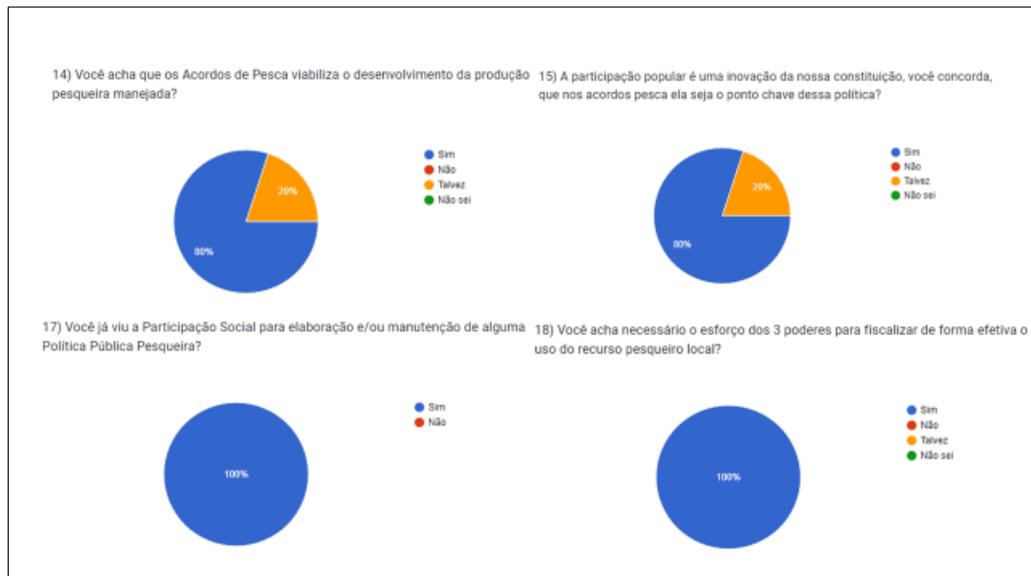
Figura 02. Resultado das entrevistas em gráfico.



Fonte: Google formulários.

Na figura 03, temos os gráficos 14, 15, 17 e 18. No gráfico 14, 80% dos entrevistados acham que os acordos de pesca viabilizam o desenvolvimento da produção pesqueira manejada, contra 20% que acreditam não ter viabilidade; No gráfico 15, 80% dos entrevistados acreditam que a participação popular é uma inovação da nossa constituição e os acordos de pesca é ponto chave para avanços significativos, e 20% dizem não acreditar nessa política; O gráfico 17, diz respeito a manutenção das políticas pesqueira por participação social, 100% acreditam haver avanços com a participação na elaboração e manutenção das políticas públicas pesqueiras; no gráfico 18, 100% dos entrevistados acham necessário atuação conjunta dos 3 poderes para fiscalizar de forma efetiva o uso do recurso pesqueiro local.

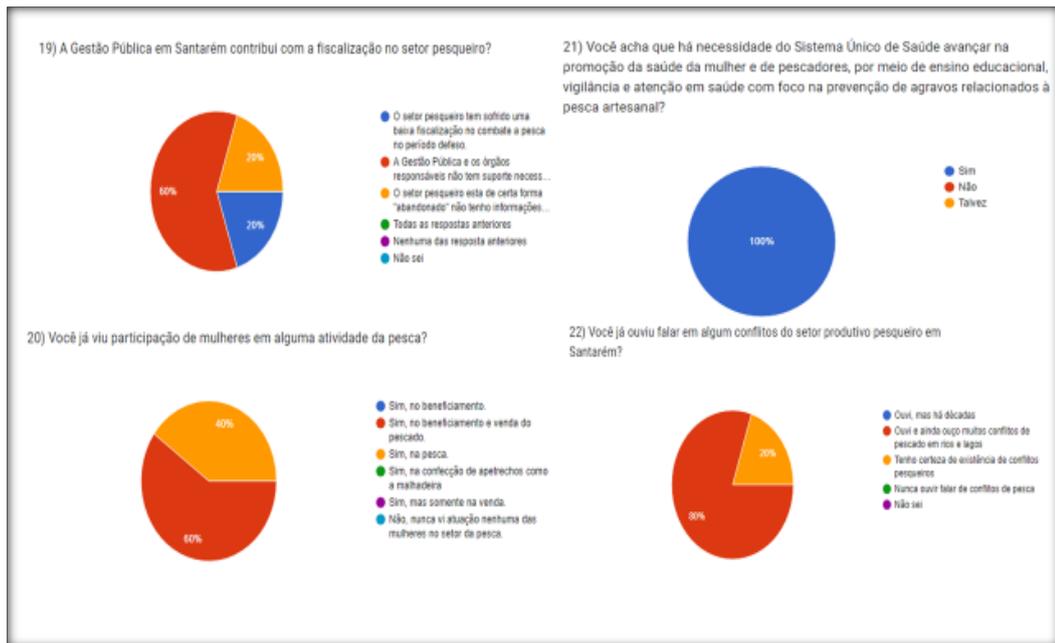
Figura 03. Resultado das entrevistas em gráfico.



Fonte: Google formulários.

Na figura 04 temos os gráficos 19, 20, 21 e 22. No gráfico 19, aborda sobre a contribuição da Gestão pública na fiscalização do setor pesqueiro, 20% relata um descaso na fiscalização no período defeso, outros 20% dizem que o setor pesqueiro é abandonado, outros 80% dizem que a Gestão Pública e órgãos competentes não tem suporte necessário para uma atuação de qualidade; No gráfico 20, busca saber sobre a participação das mulheres, 40% dizem que elas estão atuantes na pescarias, 60 % dizem estarem no beneficiamento e venda de pescado; No gráfico 21, busca informações sobre a responsabilidade da Saúde Pública para com esses pescadores, 100% acreditam que é necessário avanços no Sistema Único de Saúde na promoção da Saúde da Mulher pescadora e pescadores como atividades educacionais, prevenção e foco nos agravos de doenças relacionadas com a pesca artesanal; No gráfico 22, busca informações sobre conflitos de pesca, 20% tem certeza que há conflitos, e 80% já ouviram sobre conflitos locais e que ainda há ocorrência de conflitos pesqueiro por territorialidade e recurso pesqueiro.

Figura 04. Resultado das entrevistas em gráfico.



Fonte: Google formulários.

Na figura 05 há os gráficos 24, 26, 28 e 29, no gráfico 24 diz respeito sobre quais órgão os entrevistados reconhecem a atuação no setor pesqueiro, 40% dizem Z-20, 20% SEMMAS, 20% SEDAP e 20% ICMBio; No gráfico 26, 100% concordam que os acordos de pesca são instrumentos de uma política pública pesqueira que direciona possibilidade de conservação dos recursos pesqueiros; No gráfico 28, 80% dizem que por falta de políticas públicas há surgimento de conflitos de pesca e 20% dizem não haver relação; no gráfico 29, 80% disseram que conhece alguma atuação do poder público sobre a pesca, e 20% disseram não conhecer atuação.

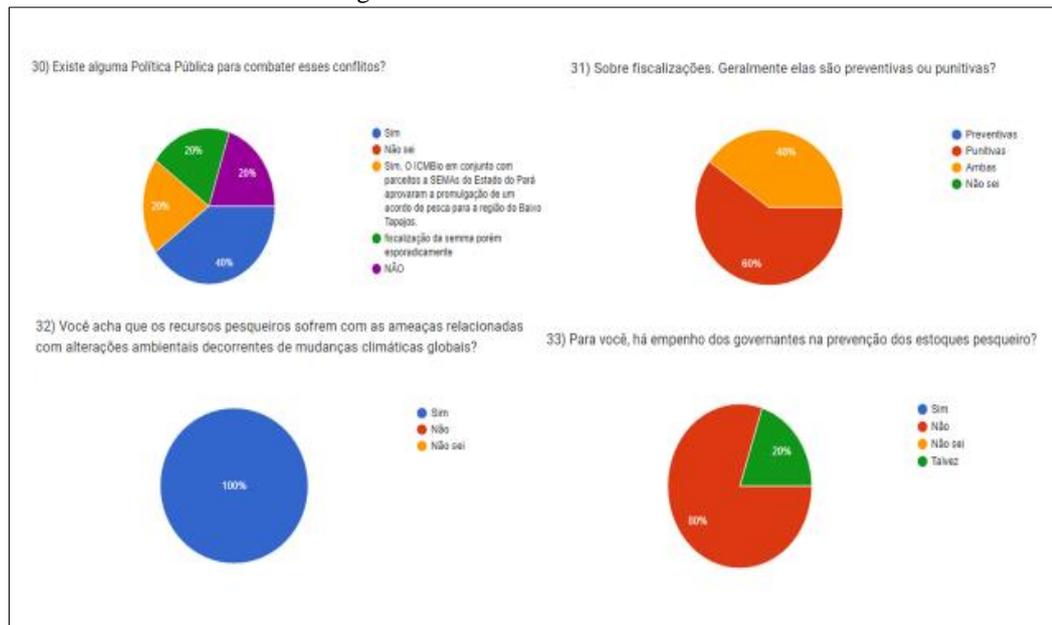
Figura 05. Resultado das entrevistas em gráfico.



Fonte: Google formulários.

Na figura 06 temos os gráficos 30, 31, 32 e 33. No gráfico 30, 40% dizem que há alguma política pública para combate de conflito de pesca, 20% dizem não haver, 20% dizem que há fiscalização da Semma e 20% dizem que o ICMBio tem mediado alguns conflitos; No gráfico 31, 60% dizem que há fiscalizações punitivas e 40% dizem ser preventivas e punitivas; Gráfico 32, 100% dos entrevistados dizem que os recursos pesqueiros sofrem com as ameaças relacionadas com as alterações ambientais decorrente de mudanças climáticas globais; e sobre empenho dos gestores públicos na prevenção dos estoques pesqueiro, 80% dizem não haver empenho e 20% respondem talvez.

Figura 06. Resultado das entrevistas em gráfico.



Fonte: Google formulários.

4.1 Análise Bibliométrica sobre Políticas Públicas da pesca artesanal de nível nacional ao local

Foi realizada uma pesquisa bibliométrica com a extração de dados realizada na base de dados *SciELO Citation Index Web Of Science* pelo acesso CAFE do Portal de Periódicos da CAPES pelo Login institucional como discente da Ufopa. As buscas foram realizadas nas datas do mês de junho de 2023, sem adoção de corte temporal, no qual considerou-se os anos iniciais de publicações disponíveis nas Bases de dados até a data final da pesquisa, os descritores utilizados a seguir.

Quadro 03: Termos e seus quantitativos.

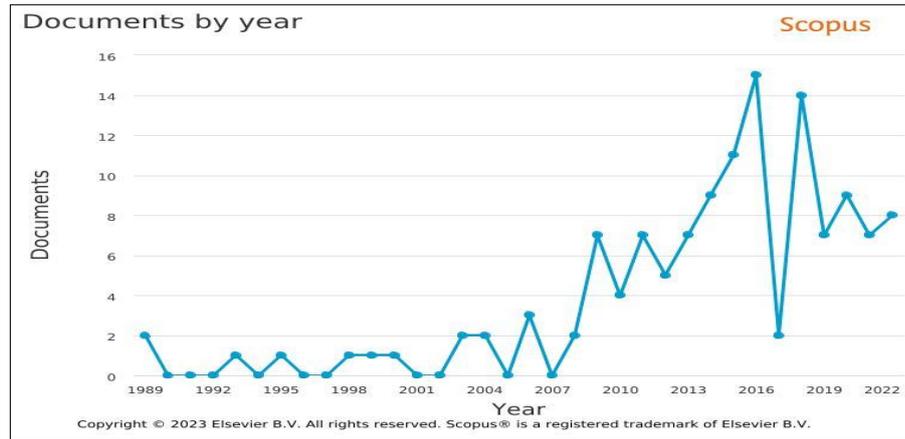
Para cada descritor obteve-se os seguintes quantitativos de publicações:	
Políticas Públicas	11.795
Políticas Públicas e Pesca Artesanal	12
Políticas Públicas e Pesca	39
Políticas Públicas Pesqueiras	5
Pesca Artesanal	409
<i>Stakeholders</i> e Pesca Artesanal	3
Políticas Públicas e <i>Stakeholders</i>	168
Políticas Públicas Pesqueiras no Brasil	3
Políticas Públicas Pesqueiras na Amazônia	0
<i>“Stakeholders”</i>	3.012

Fonte: Elaborado pelo autor.

Organizados por autores mais citados nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science* do acervo *SciELO index Web of Science* com palavras-chave Políticas Públicas e pesca artesanal. Na análise de dados através do software *VOSviewer* elaborando mapa para melhor compreensão das redes temáticas, com busca no dia 24 de julho de 2023. Organizou-se os dados em planilha com nome dos autores, ano de publicação, coautoria, co-ocorrência, unidade de análise: Autores, citação, organização, países e regiões. Foram encontradas 128 produções, esta análise calcula a força total dos vínculos de coautoria das produções científicas publicadas com outros autores.

Com relação à pesca artesanal, a publicação com primeiro registro na base de dados *Scopus* é do ano de 1979 (Gráfico 1). De 1980 a 1987 não houveram registros de publicações na busca com essa palavra chave, posteriormente a partir dos anos 2000, a produção científica sobre pesca artesanal teve um aumento de publicações, com maior quantitativo no ano de 2016, com 15 artigos. Dentre os 128 resultados das produções indexadas na *Scopus*, houve queda no quantitativo de publicações, e em 2019 ocorreu um “*Gap* de alta” para 14 produções científicas, desse ponto as produções nesta base se mantiveram pela metade do total da escala temporal de todas as produções realizadas.

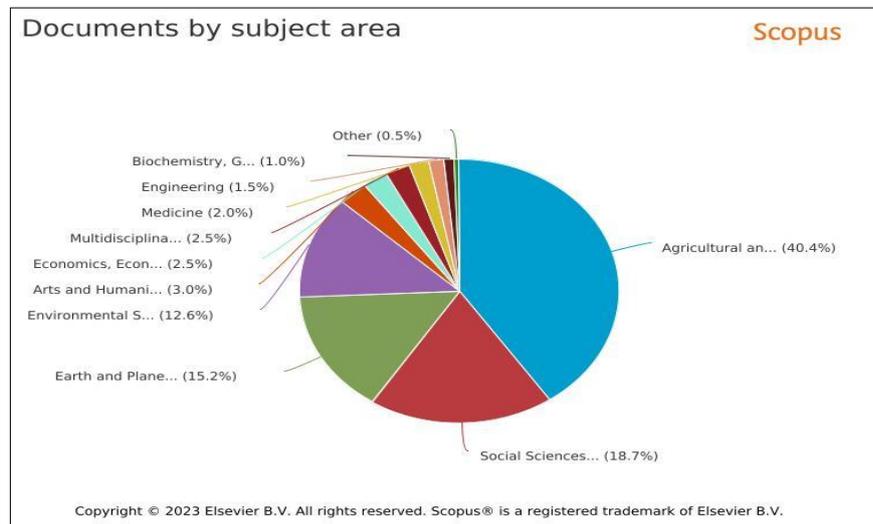
Gráfico 01: Evolução temporal das produções científicas sobre pesca artesanal na Base de dados *Scopus*.



Fonte: *Scopus* (2023).

Nas busca de Dados, os documentos por área temática sobre a rede de relações com o objeto de estudo desta pesquisa segue da seguinte forma, a Agricultura aparece com 40,4% das produções, e seguido por Ciências Sociais com 18,7%, logo mais vem Ciências Terrestre e Planetárias com 15,2%, em quarto lugar aparece produções em revistas Socioambientais com 12,6%, das Artes e humanidades o porcentual já cai para 3,0%, das Ciências Econômicas vem com 2,5%, a Multidisciplinaridade aparece com 2,5%, Medicina com 2,0%, Engenharia com 1,5%, Biotecnologia com 1,0%, e por último outras áreas com 0.5%.

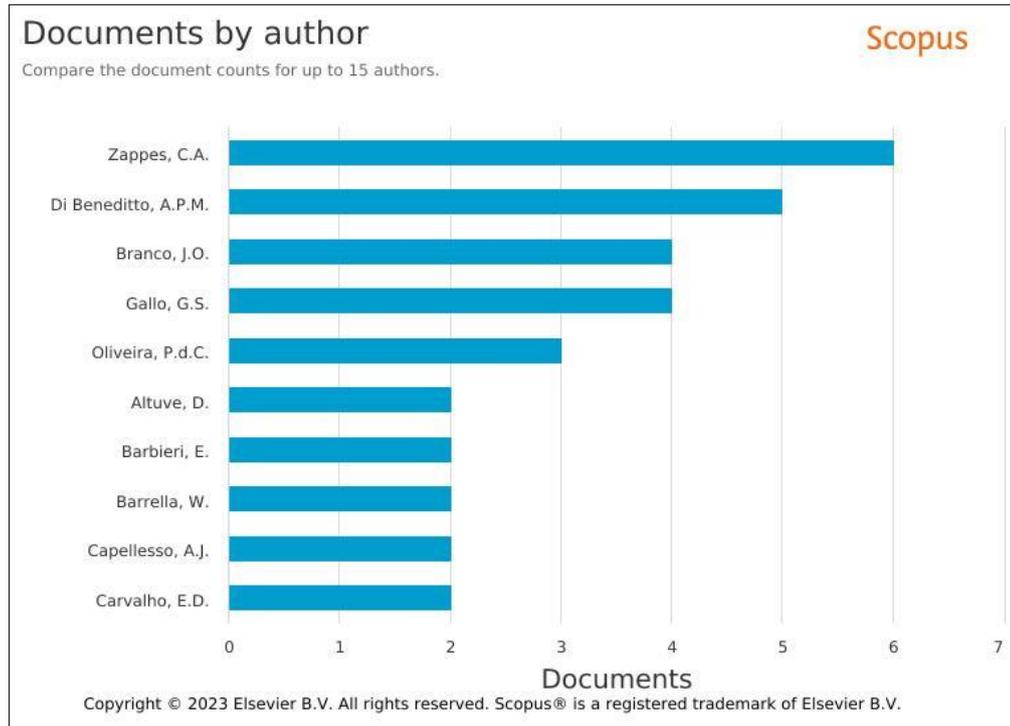
Gráfico 02: Distribuição da produção científica da pesca artesanal por assunto de interesse na Base de dados *Scopus*.



Fonte: *Scopus* (2023).

No gráfico 03, mostra como é a ordem de produção por autores, dentre os 15 nomes mais relevantes, o primeiro aparece com 6 documentos, e por último 4 autores com 2 documentos cada.

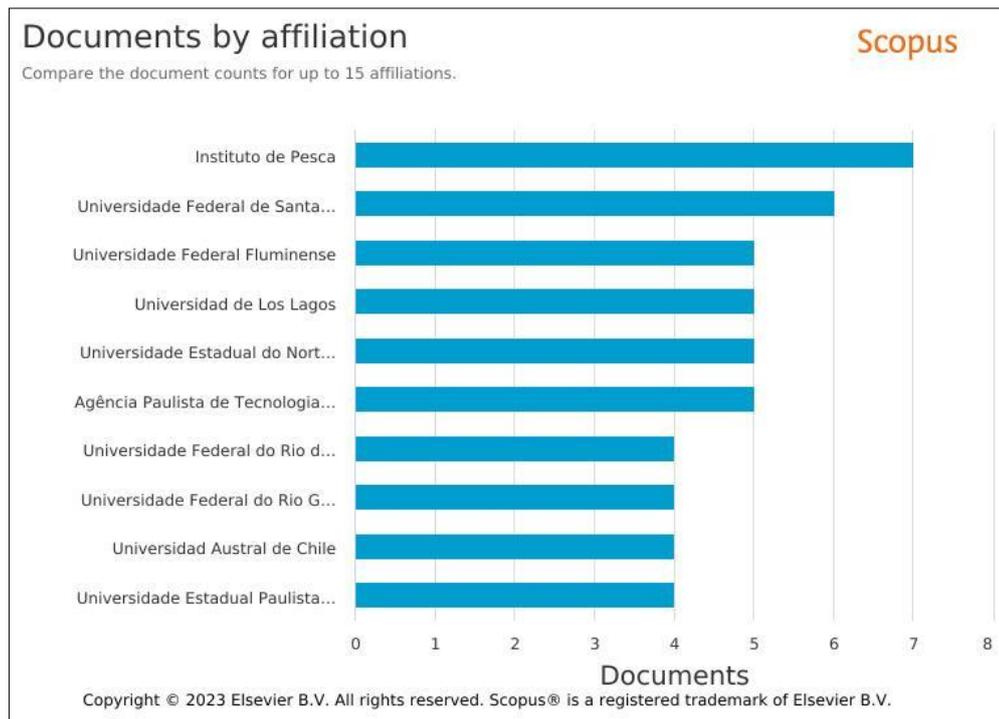
Gráfico 03: Autores que mais publicaram sobre pesca artesanal nas produções encontrada na Base Scopus.



Fonte: *Scopus* (2023).

No tratar sobre os documentos e suas filiações, o gráfico 04, mostra as filiações entre pesquisadores e suas filiações com os vínculos institucionais de programa e/a pesquisa da sua origem de elaboração. Aqui o Instituto de Pesca aparece com 7 documentos, logo mais a Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal Fluminense, Universidade de Los Lagos com 6 produções, do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, por último a Universidade Estadual paulista parece com 4 produções dentre as sedes que mais produzem em relação à temática.

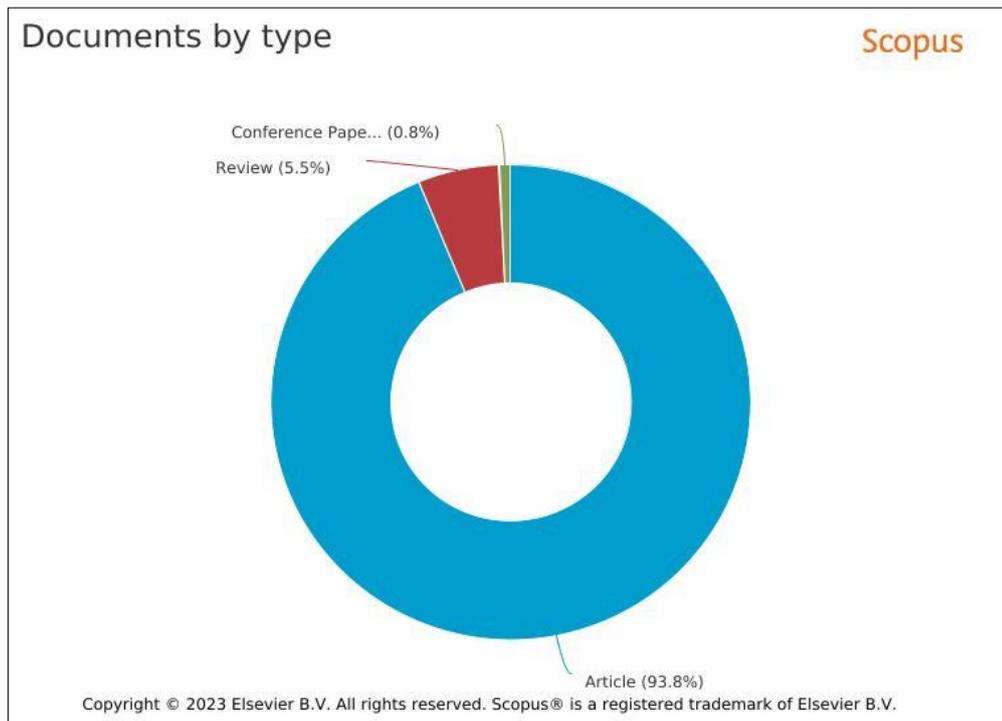
Gráfico 04: Instituições relacionadas com as buscas de produções na base de dados *Scopus* sobre pesca artesanal.



Fonte: *Scopus* (2023).

Do tipo de documentos, os Artigos científicos aparecem com 93,8% contra 5,5% de Revistas e 0,8 as conferências.

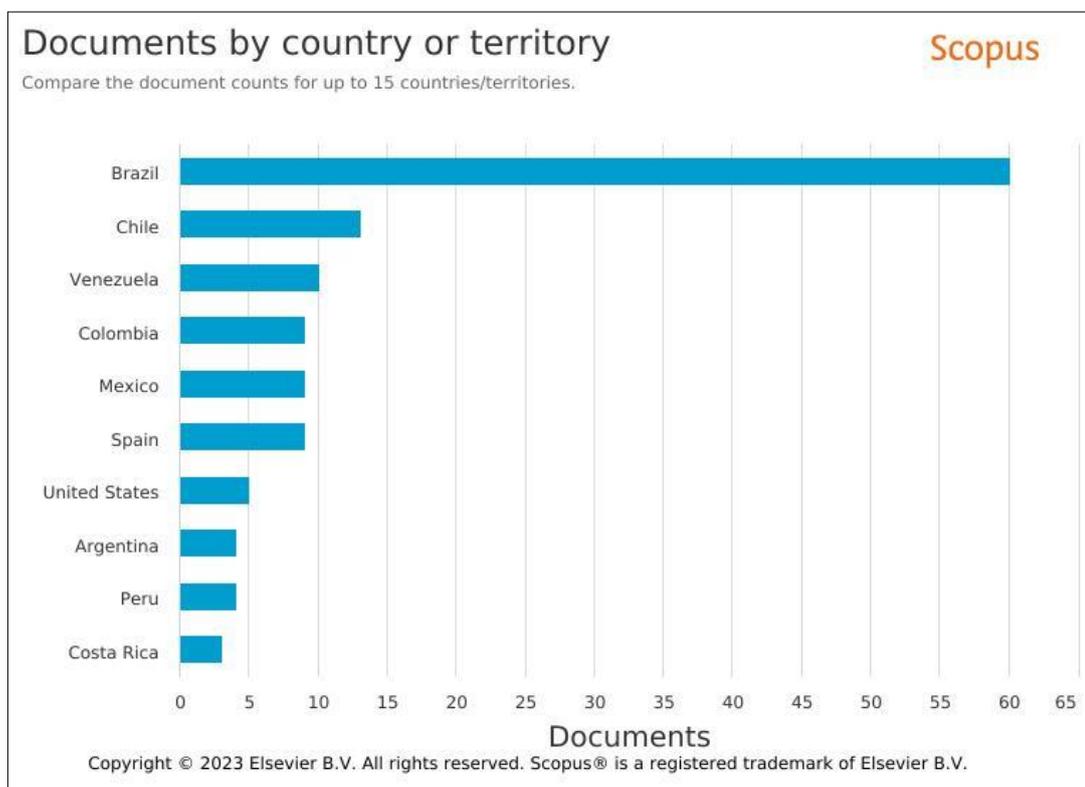
Gráfico 05: Tipos de documentos publicados encontrados na Base de dados *Scopus*.



Fonte: *Scopus* (2023).

O Brasil foi identificado no (Gráfico 06 e 07) como o país que mais concentra produção científica sobre Pesca Artesanal nas plataformas escolhidas para a pesquisa, no caso a *SciELO Index Web of Science e Scopus*. Contudo, é necessário mencionar que esta categoria também possui uma vasta produção distribuída em outras plataformas de busca, porém adotou-se a busca nessas plataformas no âmbito desta pesquisa devido a rede de conexão das áreas temáticas em bases de dados de alto impacto internacional, assim uma noção mais detalhada da amplitude e relevância quantitativa e qualitativa das produções científicas. A utilização da bibliometria possibilitou gerar um banco de dados bibliográfico que serviu de amostra para pesquisa de análise de conteúdo dos trabalhos desenvolvidos.

Gráfico 06: Quantitativo de produção científicas sobre pesca artesanal por países na Base de dados *Scopus*.

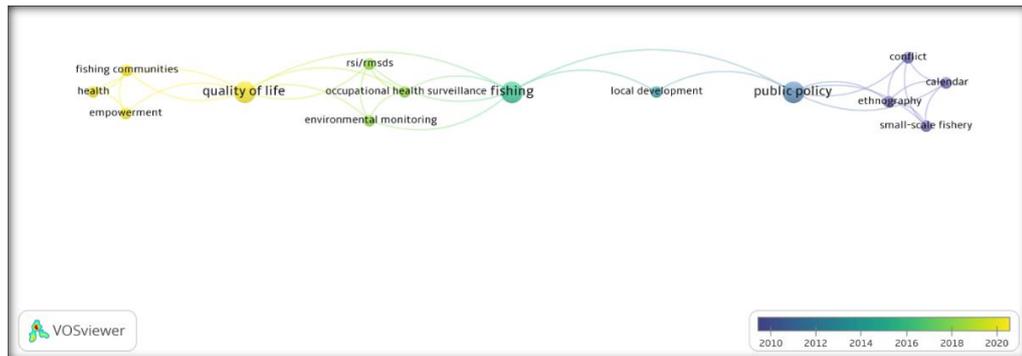


Fonte: *Scopus* (2023).

Aqui temos o mapa de calor, como pode ser visto, o país com a cor mais forte demonstra mais relevância em produções científicas. O Brasil que mais aparece nas buscas, e por último a Costa Rica com 3 documentos.

As palavras-chave que mais estão relacionadas com a temática da pesquisa tem como principais palavras a: Pesca, Políticas públicas, vigilância em saúde ocupacional da Pesca, Desenvolvimento Local e Qualidade de Vida, seguido por Monitoramento Ambiental, Etnografia, Comunidades pesqueiras, Saúde, conflito e pesca em pequena escala, levanta informações sobre a origem e relevância das produções sobre Políticas Públicas e Pesca.

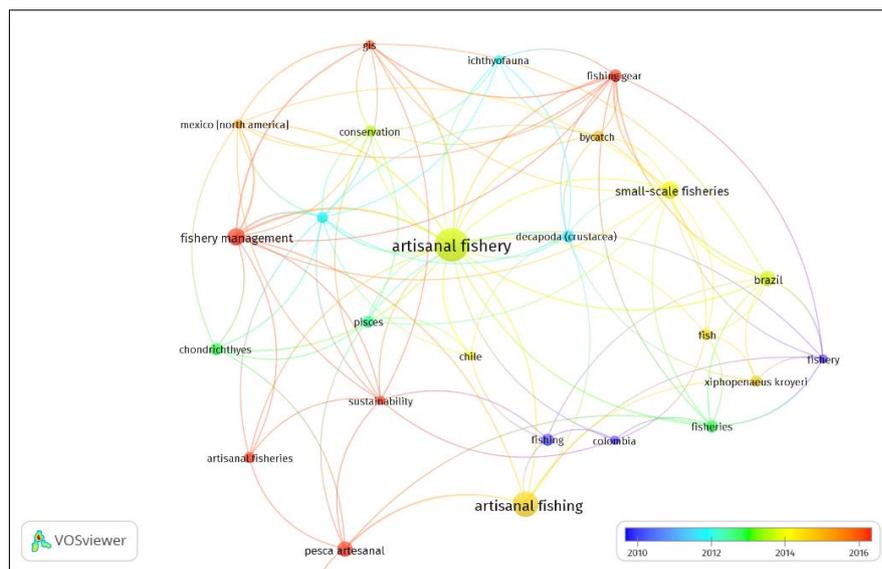
Mapa 04: Palavras-chave relacionadas de duas ocorrências nas produções sobre Políticas Públicas e Pesca na (s) Base (s) de dados *Web os Science*.



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando software *VOSviewer*.

No mapa 04, a ocorrência de Palavras-chave relacionadas em outras produções, essa categoria mostra como os assuntos se relacionam, traçando caminhos de sua origem e relevância das produções, essas relações passam por assuntos e temas. A palavra pesca artesanal aparece com mais força, seguido por Gestão da Pesca, Pesca em pequena escala, Peixes, Crustáceos, Ictiofauna, conservação, sustentabilidade, Chile, Brasil e pescaria.

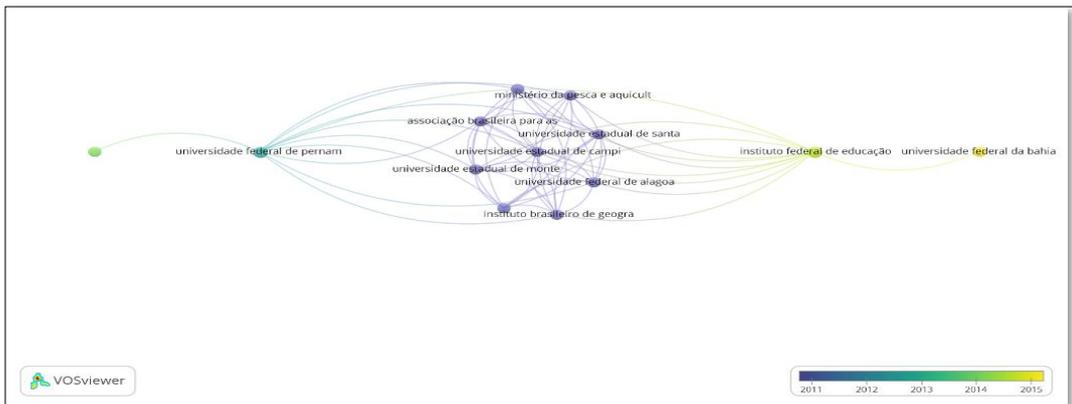
Mapa 05: Palavras-chave relacionadas de duas ocorrências nas produções sobre Políticas Públicas e Pesca, por ano de produção, *web of Science*.



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando software *VOSviewer*.

O Mapa 05, diferente das afiliações, estas redes mostram quais instituições mais produzem e que apareceram nas buscas da base de dados *Web of Science*, por pesquisas científicas realizadas e seus vínculos institucionais de origem diretamente ligado ao objeto de pesquisa, neste mapa é possível identificar os objetos e as instituições pioneiras em determinadas produções.

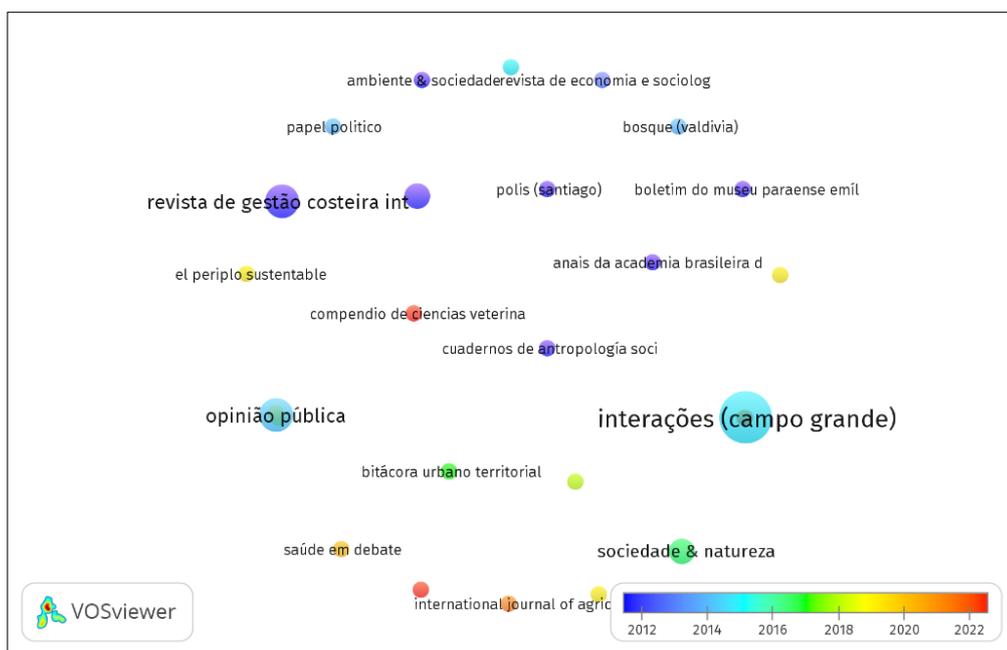
Mapa 06: Resultados da busca de produções científicas sobre Políticas Públicas e Pesca por Instituições de interesse, na(s) Base(s) de dados *Web of science*.



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando software *VOSviewer*.

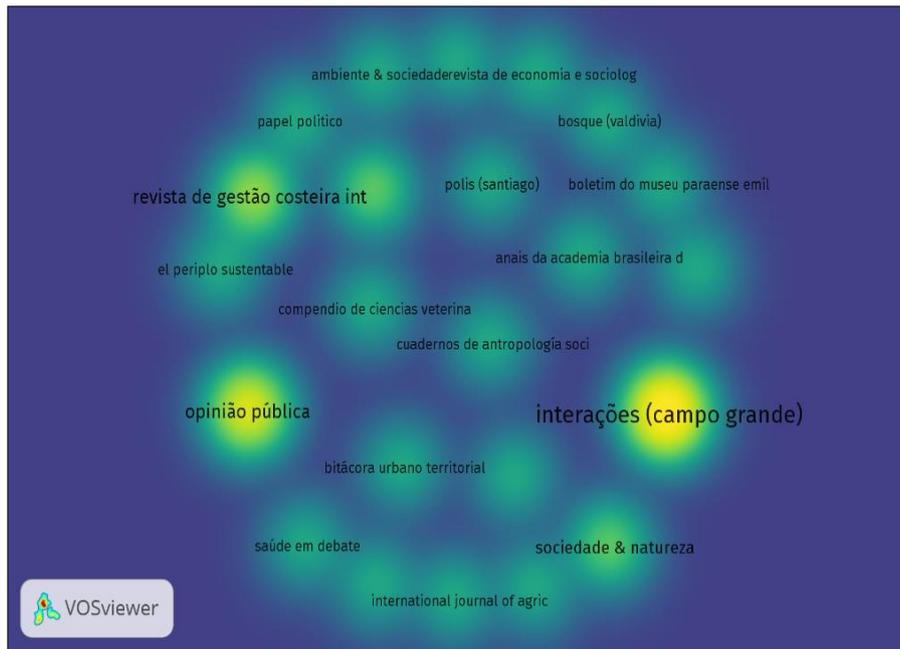
No mapa 06 e 07 relaciona os periódicos em que estão sendo publicadas as pesquisas, essas publicações tem diretamente a atuação e temáticas que as revistas e pesquisas abordam, o mapa 07 já ilustra em forma de calor as mais relevantes.

Mapa 07: Ocorrência das palavras-chave por periódicos com as produções obtidas na (s) Base (s) de dados *Web of science*.



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando software *VOSviewer*.

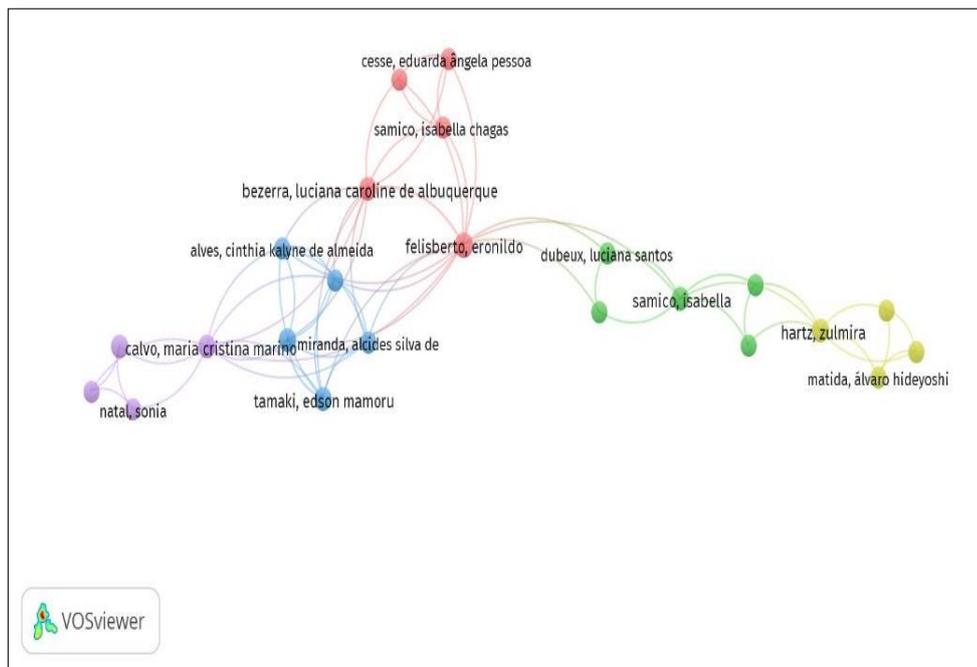
Mapa 08: Mapa de calor sobre principais ocorrências de produções em periódicos e inseridos na Base de dados *Web of Science* das palavras-chave em de periódicos mais relevantes encontrados.



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando software *VOSviewer*.

No mapa 08 mostra os principais autores de produções científicas na temática abordada, mas dessa vez com o termo Stakeholders na base *Web of Science*, ilustrando a afinidade dos autores em abordar os objetos de suas pesquisas, evidenciando mais uma vez as relações das áreas de atuações dos pesquisadores e suas produções.

Mapa 09: Mapa sobre principais autores de produções científicas sobre conceito de *Stakeholders* na base de dados *Web of Science* acervo *SciELO index Web of Science*.

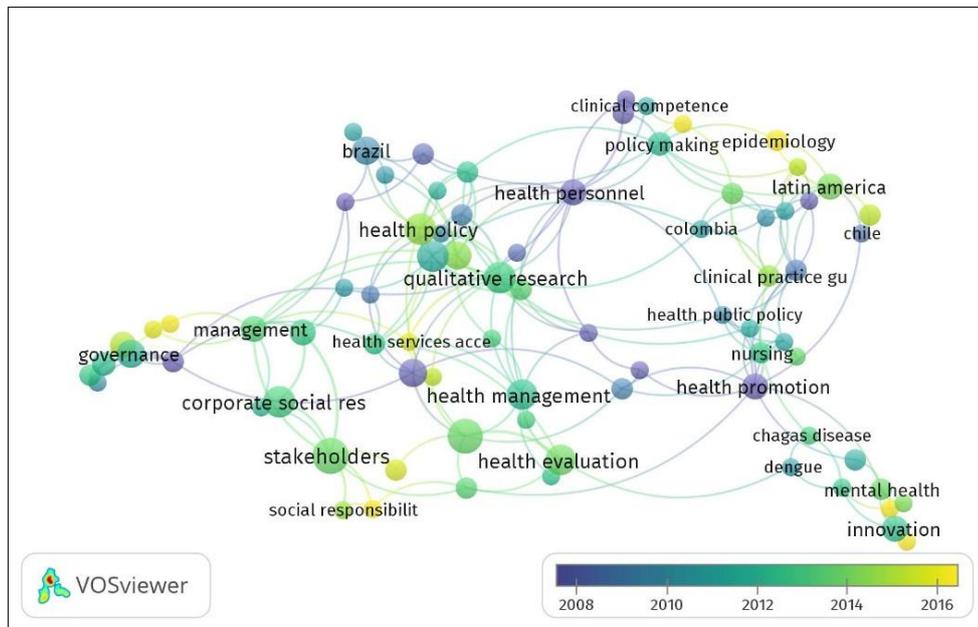


Fonte: Elaborado pelo autor utilizando software *VOSviewer*.

No mapa 09 evidencia as relações das áreas temáticas com ao termo *stakeholders*, como o termo (pesquisa qualitativa, gestão da saúde, avaliação da saúde, acesso a serviços da saúde, responsabilidade social, gerenciamento, redes sociais corporativas, promoção da Saúde, políticas públicas da saúde, inovação e outras). O fato de ter aparecido muitas palavras sobre saúde, mostra que as publicações mais relevantes do termo *stakeholders* estão sendo desenvolvidas na área da Saúde.

As redes que são formadas pela força da relação de cada termo ou palavra-chave, essa aproximação e tamanho de cada força dos ciclos em proporção ao seu tamanho de variação demonstra maior ou menor relação, essa ferramenta visual facilita nas buscas de produções e demonstra a transdisciplinariade neste ambiente.

Mapa 10: Principais palavras citadas em produções relacionadas com palavras-chave *Stakeholders* na base de dados *Web of Science* acervo *SciELO index Web of Science*.



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando software *VOSviewer*.

Observou-se, de modo geral, que há maior incidência de produção científica a partir dos anos 2000, apesar da ocorrência de alguma oscilação. As três palavras-chave apresentam em comum produção científica nas áreas de Agricultura, Meio ambiente e Ciências sociais, ou seja, toda a produção científica encontrada por meio desta pesquisa, concentram-se nas áreas próximas do conhecimento. Isso sinaliza a possibilidade de estudos correlacionando as principais áreas temáticas.

4.2 Contexto Histórico da Pesca no Município de Santarém – Pará

O Município de Santarém teria sido criado em 1754, por Carta Régia no dia 06 de junho do ano de 1756, recebendo a designação de Santarém em 14 de março de 1758, data que, para alguns, corresponde à de sua institucionalização e instalação. Em 1761, deu-se a criação do distrito-sede, cuja instalação teria sido efetuada em 1º de junho de 1829 (MARTINS, 2009).

Santarém é um município, localizado no Estado do Pará, em que a pesca artesanal é desenvolvida por homens e mulheres, que utilizam os inúmeros rios, lagos, lagoas e paranás para a obtenção do recurso pesqueiro, desta forma é considerado estratégico no contexto socioeconômico da região do Baixo Amazonas, devido aos seus ecossistemas e particularidades da região, sendo considerada um dos polos de comercialização e produção pesqueira mais importantes da região e do estado (VAZ, 2017).

A cidade está inserida em meio à um complexo mosaico de áreas verdes, rios, lagos, igarapés e Áreas de Proteção Ambiental (APA), situado na região oeste do estado do Pará e possui uma extensão geográfica de 17.898 Km², apresentando uma população estimada de aproximadamente 296.302 mil habitantes. A zona rural do município está dividida em sub-regiões: várzeas (regiões ribeirinhas e de várzeas ao longo do rio Amazonas, no território do município); rios Tapajós e Arapiuns (terras envolvidas pelas áreas ribeirinhas dos rios e respectivas zonas de influência); Lago Grande (regiões de várzeas e terra firme que compõem a área entre as margens direita do rio Amazonas e esquerda do rio Arapiuns); Planalto (áreas de terra firme, entre as bacias dos rios Curuá-Una e Tapajós) (IBGE, 2017).

De acordo com Martins (2009), Santarém desempenha um papel importantíssimo no fluxo de capital regional, gerando renda, além de garantir fonte de alimento, destaca-se como um dos principais polos de produção pesqueira no Estado do Pará devido as potencialidades naturais das várzeas em torno de toda a extensão do rio Amazonas e está entre os três principais mercados de pescado da região pela riqueza de espécies exploradas e pela quantidade de pescado capturado, além da enorme dependência da população tradicional a esta atividade.

A pesca artesanal, narrada no trabalho de Cardoso (2018), não é realizada somente nos rios que estão localizados às margens do município de Santarém, pois existem ao longo da malha urbana da cidade, lagos e igarapés que, por conta do processo de expansão populacional, acabaram inseridos dentro da área urbana da cidade e que, que estão sofrendo ação antrópica, afetando diretamente a atividade pesqueira nestes ecossistemas, provocando a redução das espécies de peixes, assim como diminuiu a qualidade do pescado.

A figura 01 mostra as principais espécies de pescados capturados e comercializados em Santarém, contextualizando o ranque de produtividade e econômico com os tipos de pescados.

Figura 07: Comparação da posição nos ranques classificatórios de desempenho produtivo e econômico dos principais tipos de pescado desembarcados na feira do pescado em Santarém no período de 2011 a 2020, *espécies de defeso.

Ranque Produtivo	Tipo de Pescado	Ranque Econômico	Tipo de Pescado
1º	Pescada	1º	Surubim
2º	Surubim	2º	*Tambaqui
3º	Aracu	3º	Pescada
4º	Pacu	4º	*Curimatá
5º	Tambaqui	5º	*Pacu
6º	Mapará	6º	*Aracu
7º	Curimatá	7º	Tucunaré
8º	Jaraqui	8º	Dourada
9º	Tucunaré	9º	*Jaraqui
10º	Dourada	10º	*Mapará
11º	Pirarara	11º	*Pirarucu
12º	Filhote	12º	Pirarara
13º	Misto	13º	Filhote
14º	Charuto	14º	Apapá
15º	Apapá	15º	*Pirapitinga
16º	Tamoatá	16º	Charuto
17º	Pirarucu	17º	Tamoatá
18º	Cujuba	18º	Misto
19º	Pirapitinga	19º	Cujuba
20º	Fura_calça	21º	*Fura_calça

Fonte: Relatório de pesquisa do monitoramento pesqueiro da feira do pescado (LAGIS, 2020).

A ocupação da várzea santarena, historicamente, tem sido baseada na estratégia do uso múltiplo do território, envolvendo práticas agrícolas, a pesca, o extrativismo e a pecuária, no entanto, nas últimas décadas houve declínio das atividades extrativistas e o colapso da agricultura como atividades econômicas que geram renda na região (McGRATH et al., 1991; PERROTA, 2014).

Como mostra na figura 02, o desempenho produtivo histórico do desembarque pesqueiro registrado entre os anos de 2011 e 2020 totalizou 105.092 registros de pescado e sua respectiva biomassa acumulada (toneladas) no mercado da Feira do Pescado em Santarém, PA. Foram sumarizados em 55 tipos de pescado, 7014,22 toneladas desembarcadas, estimando uma receita total de R\$ 59.734.811,32. Ressalvadas as limitações e críticas que possam ser pontadas para este tipo de informação, principalmente reconhecendo que os dados de receita são

aproximações do movimento financeiro gerado na Feira naquele período, estes resultados revelam a dimensão e a importância do desembarque pesqueiro naquele mercado (LAGIS, 2020).

Figura 08: Dados foi concebida contemplando os registros de desembarque no período de janeiro de 2011 até dezembro de 2020.



Fonte: Relatório técnico e estatístico de desembarque pesqueiro da feira do pescado de Santarém 2011-2020.

Desta forma, com o aumento da captura dos estoques pesqueiros, bem como a tentativa de mobilização política dos ribeirinhos de preservá-los redimensionam a problemática do acesso e legitimidade de quem pode e em quais condições usufruir dos estoques de peixes em lagos e rios na região Amazônica e, em especial, na região de Santarém (SILVA; FERREIRA, 2018).

Desde a virada do milênio a cidade de Santarém tornou-se uma das cidades-polo de implementação de grandes portos graneleiros, compondo a estratégia do agronegócio brasileiro, provocando intensos debates e conflitos, entre as organizações comunitárias de (pescadores, quilombolas, indígenas, entre outros) e as instituições privadas e públicas, onde os projetos de desenvolvimento pensados para a região amazônica tornou-se uma séria ameaça ao modo de vida dessas comunidades (SOUSA; SILVA; VIEIRA, 2018).

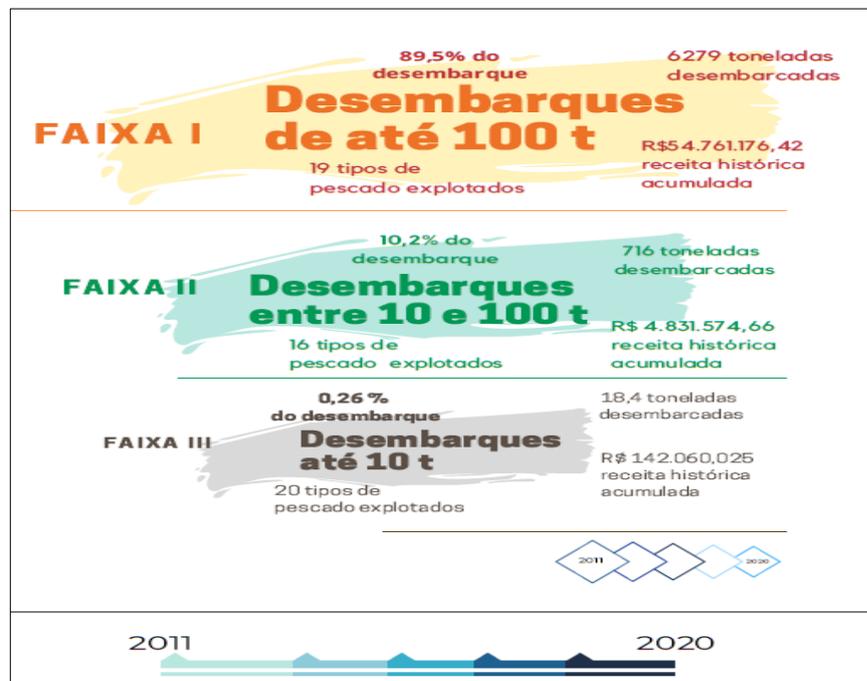
Na Faixa I, é a faixa que apresenta maior quantitativo de desembarque, espécies que estão sendo mais capturadas e tem maior impacto econômico com produtividade de até 100 toneladas e com receitas de até 54 milhões de reais com 19 tipos de pescado representando 85% do desembarque pesqueiro em Santarém.

Faixa II: Nesta categoria o desempenho produtivo (biomassa histórica acumulada com valores entre 10 e 100t) apresentou as dez primeiras posições de desempenho produtivo ocupadas respectivamente pela Fura-Calça (96,5t), os Acará (82t), Acará-açu (68,7t) o Aruanã (66,9t) o Jau (59,4t), os Carás (48,5t), o Acari (42,6t), o Barbado (40,1t), a Piramutaba (29,73t)

e a Piranha (28,21t). Na sequência, as próximas dez posições até o 19º lugar foram ocupadas pela Arraia (23,5t), Jatuarana (23,19t), Caratinga (22,83t), Matrinhcã (16,74t), Traira (15,28t), Bacu (14,11t), Tambatinga (13,65t), Acaratinga (12,22t) e Mandubé (10,57t) (LAGIS, 2020).

A Faixa III de desembarque acumulou 0,26% de importância para o desembarque total, nesta categoria, o desempenho produtivo (biomassa histórica acumulada até 10t) destacou as quatro primeiras posições, com contribuições para o desembarque total acima de 1%, para o Tambacu (6,69t), de provindo da aquicultura, para a Branquinha (3,45t) e para a sardinha (2,87t) e uma categoria denomina de Bomba, não identificada (1,81t). As posições seguintes, compuseram contribuições abaixo de 1%, destacando tipos de pescado advindos da aquicultura, como a Tilápia e um registro de um tipo de pescado de origem desconhecida, denominado Ponga (LAGIS, 2020).

Figura 09: Ranque de desempenho dos desembarques de pescado na Faixa I, II e III (com registros acima de 100t de biomassa histórica acumulada), monitorados no período de 2011 a 2020 no mercado Feira do Pescado, Santarém-PA.



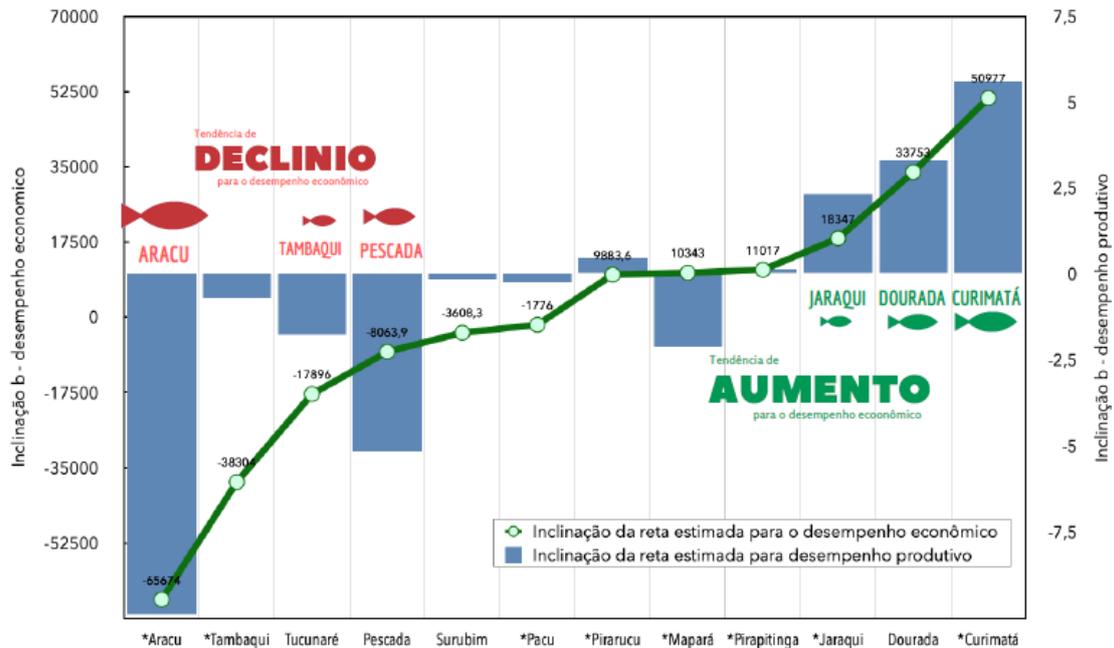
Fonte: Relatório técnico e estatístico de desembarque pesqueiro da feira do pescado de Santarém 2011-2020. (LAGIS, 2020)

Sobre a construção dos Acordos de Pesca (APs) nas microrregiões de Santarém, Pará, entre os anos de 1990 a 2004, como tentativa de elaborar gestão de recursos pesqueiros comunitários apoiados por políticas públicas voltadas para este segmento, apontando para um processo social dinâmico, onde ribeirinhos e governo elaboraram agendas a partir de necessidades coletivas – políticas institucionais (SILVA; FERREIRA, 2018).

A figura 04 resume graficamente os tipos de pescado com tendência de crescimento no Desempenho econômico. Notoriamente *Curimatá, Dourada, *Mapara, *Pirarucu, e

*Pirapitinga, apresentaram tendência de crescimento no desempenho econômico, sendo destacadas cinco tipos de pescado que fazem parte da lista de defeso (*Curimatá, Pirarucu, Mapará, Pirapitinga e Jaraqui).

Figura 10: Mostra o desempenho econômico e produtivo.



Fonte: Relatório técnico e estatístico de desembarque pesqueiro da feira do pescado de Santarém 2011-2020.

Os resultados revelaram a existência de duas temporadas de pesca, “apelidadas” neste estudo de Safrinha (Temporada do 1º. Semestre) e Safra (temporada do 2º. Semestre). Com esta estratificação mensal do comportamento produtivo histórico, esses resultados sugerem a necessidade de refletir sobre estratégias de gerenciamento dos desembarques dirigidas especificamente para cada período. É fato, que a produção é diferenciada, e certamente esses aspectos devem ser discutidos (LAGIS, 2020).

As Políticas públicas que abrangem e mais praticadas em Santarém são: os Acordos de Pesca, que são normas elaboradas pela participação social dos pescadores que estabelecem o acesso, os tipos apetrechos da pesca e o uso do recurso pesqueiro de determinado local; e a Gestão dos Recursos Pesqueiros com a participação social, identificando os atores sociais e articulando suas diretrizes (RUFFINO, 2005).

O governo Federal, a partir da metade da década de 1990, passou a implementar uma nova concepção de ordenamento pesqueiro por meio da descentralização de competência, considerando os representantes do IBAMA nos Estados como aptos para estabelecerem normas de pesca conforme características regionais, considerando a bacia hidrográfica como unidade de gestão (RUFFINO; MITLEWSKI, 2003).

4.2.1 Políticas Públicas Pesqueiras que abrangem Santarém

Os Acordos de Pesca como uma estratégia de administração do recurso pesqueiro que reúne um número significativo de comunidades de pescadores e define normas específicas, com vistas a regular a pesca de acordo com os interesses da população local e com a preservação dos estoques pesqueiros. Os Acordos de Pesca são: formas participativas de manejo dos recursos pesqueiros com o objetivo de reduzir a pressão da pesca local e aumentar a produtividade pesqueira no longo prazo, garantindo o uso e a conservação do pescado para as futuras gerações (CARDOSO, 2018).

De acordo com a Instrução Normativa (IN) do Ibama, N° 29 de 31 de dezembro de 2002, entende-se por Acordo de Pesca: “... um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma determinada área, definida geograficamente” (BRASIL, 2002).

Em 2011, a Lei Complementar nº140/2011 da Constituição Federal, dos dispositivos constitucionais relativos à gestão ambiental, trouxe novas mudanças, dessa vez no arranjo de competências entre União, Estados e Municípios. No que tange à gestão pesqueira, o principal apontamento é para a competência dos Estados para o controle da pesca nos limites de suas jurisdições (AQUINO, 2018).

Desde o ano de 2021, no estado do Pará, por meio do Decreto nº 1.686, de 29/06/2021, a Semas é responsável por atuar na comunidade, com o objetivo de estabelecer os critérios para formalização dos Acordos de Pesca em comunidades pesqueiras, sendo que, anteriormente, o Ibama era o responsável pelas homologações dos acordos (BRASIL, 2021).

A região de Santarém tem sido palco de intensas lutas e conflitos, onde os pescadores artesanais têm conseguido regulamentar o acesso aos recursos pesqueiros, principalmente em regiões lacustres (FERREIRA, 2018; HARTMANN, 1989). A defesa desses territórios por parte das comunidades no entorno foi propulsionada pela emergência de garantir não apenas o acesso às águas e aos recursos pesqueiros presentes no lago, mas, inclusive, na manutenção da organização social das comunidades que estão aí interagindo racionalmente. E cada vez mais as comunidades várzeas, ribeirinhas e lacustres têm se mobilizado na região santarena de modo a garantir a sustentabilidade ecológica dos ambientes aquático-terrestres (SILVA, 2018; FERREIRA, 2018; ALMEIDA, 2006; GAMA, 2016).

Aqui vamos pontuar algumas políticas públicas: **Lei N° 7.356, FEDERAL, 30 de agosto de 1985**, faculta aos pescadores profissionais, sem vínculo empregatício, a filiação ao regime

da Lei Orgânica da Previdência Social, na qualidade de trabalhadores autônomos; **INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 6, FEDERAL, 07 de junho de 2004**, Art. 1° Proibir anualmente, no período de 15 de setembro a 30 de novembro, o exercício da pesca de arrasto de *Piramutaba (Brachyplatystoma)* e toda a área de ocorrência, na foz do Rio Amazonas; **INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 34, 18 de junho de 2004, FEDERAL**, Art. 2° Proíbe anualmente a captura, a comercialização e o transporte do *pirarucu (Arapaima gigas)* nos estados do Pará, Amazonas, Acre e Amapá de 1° de dezembro a 31 de maio; **INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 13, MUNICIPAL de 14 de outubro de 2004**, Estabelece restrições à pesca na região do Tapará, município de Santarém/PA.; **INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 22, FEDERAL de 04 de junho de 2005**, Art. 1° Proibir anualmente, no período de 1° de dezembro a 30 de março, a pesca, o transporte e comercialização e o armazenamento do *Acari (Liposarcus pardalis)* na Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas; **INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 35, FEDERAL de 29 setembro de 2005, Art. 1° fica proibido**, anualmente no período de 1° de outubro a 31 de março, o beneficiamento e comercialização do *Tambaqui (Cromossoma macropomum)* na bacia hidrográfica do Rio Amazonas; **PORTARIA IBAMA N°48, FEDERAL de 29 setembro de 2005, Resolve**: Estabelece normas de pesca para o período de proteção à reprodução natural dos peixes, na bacia hidrográfica do rio Amazonas, nos rios da Ilha do Marajó, e na bacia hidrográfica dos rios Araguari, Flexal, Cassiporé, Calçoene, Cunani e Uaçá no Estado do Amapá; **LEI ORDINÁRIA N° 20.139, MUNICIPAL**, 30 de dezembro de 2016, Dispõe sobre a criação do programa permanente de combate e prevenção ao câncer de pele junto aos pescadores do município de Santarém.

Figura 11: Fatores que determina a dinâmica da pesca no Baixo Amazonas e respectivamente em Santarém.

FATORES QUE DETERMINAM A DINAMICA DA PESCA NO BAIXO AMAZONAS												
CALENDÁRIO DA PESCA NO BAIXO AMAZONAS												
MESES DO ANO	jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
ORDENAMENTO POLITICO	FECHAMENTO DA TEMPORADA DE PESCA (DEFESO)			TEMPORADA DE PESCA						FECHAMENTO DA TEMPORADA DE PESCA (DEFESO)		
TEMPORADAS DE DESEMBARQUE	->	"SAFRINHA" (Pico de menor de captura)						SAFRA (pico maior de captura) ->				
SINCRONIA COM O NIVEL DO RIO	ENCHENDO			CHEIO		VAZANDO		SECO		ENCHENDO		
SINCRONIA COM OS CICLOS BIOLÓGICOS DOS ESTOQUES	MIGRAÇÃO REPRODUTIVA/DESOVA			MIGRAÇÃO ALIMENTAR/ENGORDA			ISOLAMENTO E MIGRAÇÃO PRÉ REPRODUTIVA			MIGRAÇÃO REPRODUTIVA		

Fonte: Relatório de pesquisa do monitoramento pesqueiro de Santarém (LAGIS, 2020).

É sobre esse contexto que a região de Santarém tem sido palco de intensas lutas e conflitos, onde os pescadores artesanais têm conseguido regulamentar o acesso aos recursos pesqueiros, principalmente em regiões lacustres (FERREIRA, 2018; HARTMANN, 1989). A defesa desses territórios por parte das comunidades no entorno foi propulsionada pela emergência de garantir não apenas o acesso às águas e aos recursos pesqueiros presentes no

lago, mas, inclusive, na manutenção da organização social das comunidades que estão aí intergeracionalmente. E cada vez mais as comunidades várzeas, ribeirinhas e lacustres têm se mobilizado na região santarena de modo a garantir a sustentabilidade ecológica dos ambientes aquático-terrestres (SILVA, 2018; FERREIRA, 2018; ALMEIDA, 2006; GAMA, 2016).

4.3 Atuações dos *Stakeholders* chave para o desenvolvimento da gestão pesqueira sustentável da pesca artesanal

A história dos órgãos ambientais de subsídios da pesca no estado do Pará é marcado por criação e extinção, baseada em mudanças das gestões de governos que altera as estruturas de órgãos da administração direta e indireta do Estado, o que culmina em reforma administrativa e, por conseguinte em modificações no setor pesqueiro afetando todos os municípios do estado.

Contextualizando a atualidade na formação de políticas públicas pesqueiras no estado do Pará, citamos a reestruturação da Secretaria Executiva de Estado de Agricultura (Sagri), no ano de 2004, onde dentro das atribuições definidas pelo governo vigente, foi incluída a responsabilidade pelo fortalecimento e a consolidação das atividades pesqueiras e aquícolas do Estado, com a formação de uma Diretoria e duas Gerências com objetivos de desenvolvimento da aquicultura e da pesca, no estado. Competia a essa secretaria, a coordenação da gestão compartilhada do setor e pelo fomento da atividade de pesca e aquicultura, articulando com a SEAP-PR, a criação de um cadastro único das embarcações de pesca e dos pescadores e fomentaria o cultivo de peixes ornamentais através da produção e distribuição de larvas e alevinos para pequenos piscicultores (PARÁ, 2005).

As atuações contextualizadas abaixo foram feitas a partir de revisão de literatura e das entrevistas com os atores.

- Coordenação de transição do grupo de trabalho da pesca: a coordenação de transição do Grupo de pesca promoveu um diálogo sobre a Pesca Artesanal. O momento foi feito pela plataforma de reuniões virtual denominada ZOOM, com objetivo de ter uma construção participativa de propostas para a atividade em todo o território nacional, seguindo propostas da agenda de governo do Presidente Lula eleito em 2022, sendo mais uma elencada como ação, ou seja, atuação do Governo Federal na participação social na gestão e recurso da pesca em todas as regiões, uma iniciativa que corrobora com o que já vem sendo construído pelos *Stakeholders* da pesca artesanal em Santarém, estamos diante de diversas problemáticas de acesso de políticas públicas dos pescadores artesanais locais, as implementações de propostas colocadas nessas espaços que precisam ser debatidas, reconhecidas, contextualizadas e legitimadas pelos órgãos institucionais.

- Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-20 de Santarém: Fundada em 1920, a Colônia Z-20 é uma organização que atua na representação dos pescadores e pescadoras nas suas lutas pelos territórios pesqueiros, com atuação na Resex Tapajós Arapiuns. A Colônia Z-20, tem hoje, segundo dados de sua diretoria, 10 núcleos de base, que são uma espécie de delegacia sindical e se dedica à organização social e sindical dos pescadores e pescadoras, atuando com capacitações e fortalecimento organizacional. Outra ação importante foi a participação na elaboração do primeiro acordo de pesca que envolveu as duas UCs, discutindo propostas nas comunidades entre os anos de 2017 e 2018, resultando no protocolo junto à Semas e aguardando publicação.

- Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas (Mopebam): outro fato importante que fortaleceu politicamente os pescadores artesanais do Lago do Maicá foi a fundação da Associação do Mopebam, ocorrida em 1996. Criado com objetivo de fazer a articulação e capacitação para que os pescadores fossem empoderados em suas lutas em defesa do seu território (CARTILHA COLÔNIA DE PESCADORES, 2004). As entidades ligadas aos pescadores em nível local, regional e nacional são responsáveis por fortalecer a luta em defesa da categoria, bem como garantir que sejam assegurados os seus direitos sociais e previdenciários.

- Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa): com objetivo de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da integração e da cooperação internacional sob liderança brasileira. Nesse cenário de criação, a Ufopa, além de atender aos anseios da sociedade local e regional, nasce com uma estrutura patrimonial herdada da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), espaço físico, corpo administrativo, docente e discente, resultado de forças endógenas oriundas de demandas de grupos sociais e regionais por melhoria de qualidade de vida na região.

A Ufopa no contexto da sua contribuição na pesca artesanal produzindo projetos científicos e extensão no Baixo Amazonas de forma interdisciplinar, cursos de graduação e pós-graduação, grupos de pesquisa, laboratórios, programas e outras atividades que estão no rol do desenvolvimento do setor pesqueiro.

- Nupeam/Ufopa: é um grupo de pesquisa cadastrado e certificado pelo CNPq, coordenado pelo Líder Professor Dr. Rubens Elias Nogueira da Silva Rodrigues (Pós-Doutorado em Ciências das Religiões pela Université du Québec à Montréal - Canadá). O Grupo de Pesquisa sobre Socioantropologia da Pesca do Baixo Amazonas (Ufopa) está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit) da Ufopa.

- Núcleo de base: É um órgão executivo da Z-20/STM, sob a direção da Diretoria Executiva, nas comunidades, que congregam associados de uma única comunidade ou núcleos de associados de várias comunidades, sendo escolhido (a) dois ou mais associados (as), pelos sócios do respectivo Núcleo de Base, para concorrer ao cargo de coordenador. Sua atuação está voltada para organização, monitoramento e mobilização (COLÔNIA DE PESCADORES Z-20, 2012).
- Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Profissionais Artesanais e Aquicultores do Município de Santarém, Estado do Para (Sindpesca Santarém): o Sindicato das Indústrias de Pesca dos Estados do Pará e Amapá, foi fundado em 28 de fevereiro de 1985, quando absorveu os associados da Associação das Empresas de Pesca do Pará. Desde 19 de novembro de 2015, lutando para alcançar metas, com as significativas ações já efetivadas, e trabalha para atender as necessidades para o crescimento sustentável do Setor Pesqueiro Industrial do Estado do Pará. Desta forma, segue na necessidade de construir um Setor organizado e forte, que deixe as diferenças de lado e lute pelas semelhanças, participando de forma atuante na construção e fortalecimento do Sindpesca.
- Organização das Associações da Reserva Extrativista (Resex) Tapajós Arapiuns (Tapajoara): foi fundada em 1999 sendo a instância política de representação máxima dos moradores, das comunidades, associações comunitárias e cooperativas atuantes no território da Resex. Seus objetivos estão inseridos em proporcionar o fortalecimento da organização social e produtiva das comunidades e aldeias por meio da elaboração e execução direta ou não em parceria com projetos para melhoria da qualidade de vida dos moradores. E atualmente além de executar e apoiar projetos das suas associações membros na linha de organização social, melhorias de infraestrutura e sistemas produtivos, também vem contribuindo na implantação de telecentros junto às escolas e comunidades como forma de fortalecer o protagonismo juvenil nas comunidades e aldeias (ICMBio, 2022).
- Grupo de Defesa da Amazônia (GDA): é uma organização não governamental, fundada em 1978, com sede na cidade de Santarém e atuação em especial no território do Baixo Amazonas e do Tapajós no Estado do Pará, e luta em defesa do meio ambiente. As principais linhas de atuação são: a) Educação Ambiental formal e Informal, voltada à áreas rural e urbana da região; b) Desenvolvimento comunitário com a implementação de projetos alternativos de geração de renda para produtores familiares, Extrativistas, Pescadores e Pescadoras, Indígenas, Negros, Mulheres e Assentados; c) Produção de informações técnicas, através de pesquisa aplicada voltada ao atendimento de demandas de comunidades e movimento social em geral; e d) Capacitação e formação de lideranças por meio de projetos voltados à formação técnica e política de lideranças do movimento social e comunitário (GDA, 2004). Sua atuação em

capacitação teve destaque com o Projeto de capacitação de Educadores Ambientais Multiplicadores (Proceam). Inserido no contexto da criação da Resex Tapajós-Arapiuns, a atuação dos educadores ambientais nas regiões Tapajós e Arapiuns, gerou uma significativa contribuição ao processo de criação, consolidação e fortalecimento da população local, destacando o protagonismo e a organização comunitária em defesa do território. Participantes do referido Projeto, como educadores ambientais, fizeram parte posteriormente da composição da primeira diretoria da Tapajoara (GDA, 2004).

Ainda sobre a sua atuação do GDA, o Proceam envolveu 41 comunidades com o objetivo de contribuir com a consciência socioambiental, bem como a mudança de atitude em relação ao manejo dos recursos naturais, visando a melhoria da qualidade de vida da população, pela capacitação de 77 agentes comunitários multiplicadores em educação ambiental entre os anos de 1998 a 2004. Nesse mesmo período desenvolveu ações de orientação por meio de oficinas sobre prevenção às queimadas, em parceria com Grupo de Trabalho de Prevenção às Queimadas na Resex e na Flona. Entre outros trabalhos nas duas unidades, o GDA realizou diversas oficinas de capacitação para diagnóstico rural participativo em comunidades e aldeias, tendo contribuído para o fortalecimento institucional e elaboração de projetos pelas próprias comunidades além de materiais didáticos como cartilhas e outros que ajudam a contar a rica história desse território do Tapajós. Tanto as capacitações, quanto os próprios diagnósticos realizados, contribuíram para a construção de instrumentos de planejamento do potencial madeireiro e não madeiro nas comunidades (ICMBio, 2022).

- Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental (Ceaps) (Projeto Saúde Alegria (PSA): foi fundado em 1987, durante toda sua atuação, o PSA manteve sempre como território de maior atuação a Resex Tapajós - Arapiuns, embora também atuando na Flona e em outras regiões do Baixo Amazonas, como a várzea. Com o objetivo de promover e apoiar processos participativos de desenvolvimento comunitário, integrado e sustentável, contribuiu no aprimoramento das políticas públicas, na qualidade de vida e no exercício da cidadania e direitos humanos das populações ribeirinhas atendidas (PSA, 2019). A equipe técnica interdisciplinar do projeto utilizou metodologias participativas para mobilizar e engajar os comunitários, não apenas como público participante, mas como parceiros ativos na construção de soluções para seus próprios desafios. A participação ativa no diagnóstico, planejamento e acompanhamento das ações tornou o PSA uma organização com forte participação na região fortalecendo a autogestão das comunidades e aldeias (PSA, 2019). O PSA acompanhou projetos de avicultura e módulos florestais gerenciados e foi proponente de outros projetos na área de promoção da saúde e de manejo dos recursos naturais atuando inicialmente em oito

comunidades na Flona e depois expandindo para outras, em especial com ações e projetos ligados à organização e gestão comunitária, geração de renda e economia da floresta, educação e cultura, gênero, comunicação e infraestrutura comunitária (IBAMA, 2004).

- Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam): é uma organização não governamental sem fins lucrativos, criada em maio de 1995 e tendo seu escritório mais antigo instalado em Santarém. Tem o objetivo de promover ciência, educação e inovação para uma Amazônia ambientalmente saudável, economicamente próspera e socialmente justa promovendo: a) produção de conhecimento (científico e tradicional); b) implementação de iniciativas locais e regionais com impacto em políticas públicas; c) promoção de desenvolvimento econômico, igualdade social e a preservação/conservação do Meio Ambiente (IPAM, 2018). Sua criação foi resultado da confluência de atividades e projetos que combinavam ciência ambiental com reivindicações dos movimentos sociais, com foco nas parcerias locais e regionais. Destaca-se os projetos, como o trabalho com “Oficinas Caboclas do Tapajós” (OCT) descrito no Plano de Manejo, com sua primeira etapa desenvolvida na comunidade do Pini e, a partir de 2003, nas comunidades de Itapaiuna e Prainha I passando então para comunidades da Resex como Nova Vista, Nuquini e Surucúá.

As ações e projetos desenvolvidos ao longo dos anos no território do Tapajós são sempre voltados à conservação, tendo participado dos processos de criação da Flona do Tapajós e Resex Tapajós-Arapiuns. Na Resex, o Ipam foi reconhecido pelo Inkra e pelo MDA, por seu trabalho de assistência técnica e extensão rural (Ater) com excelência em 22 comunidades, executado entre os anos de 2013 a 2017. Entre os principais projetos executados nas duas unidades, nas áreas de entorno ou em ações que impactaram sobre eles, destacam-se: a) Assessoria na construção do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar (Pro ambiente), de 2002 a 2003; b) Orientação técnica aos agricultores familiares de 17 comunidades da Flona do Tapajós sobre Bom Manejo de Fogo e construção de Acordos Coletivos, com apoio do Ministério do Meio Ambiente/PPG7/PROMANEJO, de 2000 a 2004; c) Assessoramento Técnico para Manejo Florestal Comunitário e Oficinas de Móveis Artesanais, com apoio do Funbio nos anos, de 2001 a 2003; e d) Assessoramento técnico para aproveitamento de madeira morta/caída (para movelaria artesanal) na Flona do Tapajós para elaboração de planos de negócio e mercado das Oficinas Caboclas do Tapajós (IPAM, 2018). Outro projeto em execução é a Plataforma Sistema de Observação e Monitoramento de Unidades de Conservação (Somuc) que integra dados das unidades de conservação federais e estaduais na Amazônia, entre elas Flona do Tapajós e Resex Tapajós-Arapiuns. Em andamento está o trabalho em parceria com a Conservação Internacional – CI Brasil (2020 a 2021) de um diagnóstico

socioeconômico para o desenvolvimento de capacitações para as organizações sociais (associações e cooperativas) atuantes na Flona do Tapajós (ICMBio, 2022).

- Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (Ceapac): foi fundado em 1983 e teve sua personalidade jurídica reconhecida em 1990, com trabalhos voltados ao fortalecimento organizacional e à capacitação de lideranças buscando promover experiências produtivas sustentáveis e fortalecer a agroecologia, o associativismo e a cidadania comunitária, com base no desenvolvimento regional. Sua intervenção é sempre com comunidades rurais, especialmente grupos e associações de pequenos produtores agroextrativistas. Ações mais pontuais têm sido: implantação de sistemas agroflorestais; consórcio de culturas para o melhor aproveitamento das áreas; manejo florestal comunitário; e o apoio às cadeias produtivas, tais como a do artesanato, meliponicultura e apicultura. O Ceapac, na sua atuação, aos longos dos últimos anos sempre buscou trabalhar a formação através de um modelo de educação popular que ajude a transformação social das comunidades, assim como apoiando a diversificação da produção familiar e demais práticas que estimulam o processo coletivo de uso dos meios de produção e comercialização da produção familiar seja da agricultura, do extrativismo, na pesca artesanal, do artesanato ou outros arranjos que compõem a diversidade nesses territórios (PENA, 2015).

Destaque também seja dado ao processo de educação ambiental e formação de lideranças, em especial nas comunidades da Resex Tapajós-Arapiuns, garantindo a adoção de um modelo de participação consciente e ativa nos espaços de deliberação e decisão das comunidades. Entre os projetos executados na região do Tapajós tem destaque sua atuação no território da Resex Tapajós-Arapiuns onde foi prestadora de Ater por contrato com o Inra nos anos de 2013 a 2017 e por executar projetos voltados ao fortalecimento de atividades produtivas e capacitação de lideranças com destaque aos trabalhos com os jovens.

- Comissão Pastoral da Terra (CPT): surgiu durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, em 1975, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada como resposta às graves situações vividas pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam, com objetivo de ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização (CPT, 2021). Em 1997, devido à forte ascendência indígena de três comunidades da Flona do Tapajós a CPT apoiou a reivindicação de moradores das comunidades de Marituba, Bragança e Taquara, que decidiram assumir a identidade indígena e

passaram a reivindicar a demarcação de uma área dentro da Flona do Tapajós. Este processo foi amparado pelo trabalho de resgate de identidade étnica e cultural promovido pela Comissão, pelo Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (Cita) e pelo Grupo Consciência Indígena (GCI) (SOARES, 2004). A CPT vem articulando ações sobre o uso de espaço e ocupação de território, bem como a situação da região diante das atividades das madeireiras clandestinas, através da participação no Grupo de Trabalho (GT) Resex, esse grupo foi fundamental para alicerçar o projeto de luta pela terra coletiva, onde se empreendeu um sistemático investimento na mobilização social e política dos moradores, por meio de reuniões e seminários, pelos quais reafirmaram-se os objetivos definidos (ICMBio, 2022).

- Grupo Consciência Indígena (GCI); Conselho Indígena Tapajós (Cita); Conselho Indigenista Missionário (Cimi); e Conselho Indígena Munduruku de Belterra (CIMB): em 1997, a partir do Grupo de Reflexão dos Religiosos Negros e Indígenas (Greni). A luta pela manutenção da identidade ancestral indígena esteve presente desde o início das reivindicações pela área que hoje é a Unidade de Conservação (UC) e foi de suma importância para que o território tivesse finalmente sido outorgado a seus moradores frente a especulação e pressão de madeireiros e outros grupos. Após a criação da Resex, fato que uniu a todos tanto os indígenas quanto os não indígenas que ocupavam já historicamente o território, o movimento indígena continuou sua trajetória pelo reconhecimento legal como indígenas das comunidades e aldeias que estavam tanto no interior da Resex quanto da Flona do Tapajós (PSA, 2015). Em maio de 2000 é fundado o Cita, que reflete a luta pelo reconhecimento dos indígenas do Baixo Tapajós e cresce como um dos braços da Coordenação das Organizações Indígenas da Ama Brasileira (Coiab).

O Cita com o lema “O sonho e o sangue de nossos antepassados permanecem em nós” além de representar os povos indígenas do Baixo Tapajós, Rio Arapiuns e Rio Maró também o faz com outros 12 povos na região do Baixo Amazonas e Tapajós. Juntamente com o CGI e o Cita, atua ainda na defesa dos direitos indígenas o Cimi que integra a luta no Tapajós e estes em conjunto com a Funai passam a atuar de forma mais integrada nas pautas e agendas para o reconhecimento e proteção dos direitos dos povos indígenas sobre seus territórios, em especial na Resex Tapajós Arapiuns e na Flona do Tapajós (PSA, 2015). O Conselho Indígena Munduruku de Belterra (CIMB) com atuação nas aldeias da Flona em Belterra foi fundado em 7 de junho de 2017 e vem desenvolvendo suas atividades de fortalecimento da luta pelo reconhecimento e pelas políticas públicas atua especialmente em três das aldeias dentro da Flona, e assim contribuindo também no setor pesqueiro (ICMBio, 2022).

- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR): foi criado em 4 de dezembro de 1973, tem o importante papel de representar os direitos dos trabalhadores e

trabalhadoras rurais, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar oportunizando melhor qualidade de vida às famílias dos agricultores. Atualmente, sua atuação se dá apenas no território da Resex em função da emancipação do município de Belterra antes pertencente a Santarém. Na Resex, o STTR de Santarém atua com suas delegacias sindicais e congrega associados em várias comunidades que recebem assessoramento e apoio para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas e extrativistas em especial participando de formações e eventos que colaboram para diversificação da produção, melhoria no escoamento dos produtos e acesso a mercados e assim também tendo um papel indireta e diretamente por alguns desses pescadores artesanais estarem inseridos na Resex (ICMBio, 2022).

Destas atuações detalhadas acima, fica evidente como os atores sociais buscam se inserir e como atuar diante seus complexos contexto, daí a busca por melhoria na qualidade de vida e serviços da pesca em segurança alimentar e sustentabilidade.

A organização deve saber identificar os seus *Stakeholders*-chave e ter o máximo de informações para estabelecer um diálogo produtivo que venha a gerar novas oportunidades e evitar conflitos potenciais (Ernest; Young et al., 1999). Estes *Stakeholders* são aqueles essenciais para o desenvolvimento do negócio, uma vez que atuam diretamente no processo produtivo, influenciando de forma efetiva e decisiva na tomada de decisão organizacional (CAMPBELL, 1997).

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais (GOHN, 2011b).

Um dos principais desafios deste campo de estudos (movimentos sociais e políticas públicas) tem sido construir ferramentas analíticas que nos permitam descrever esses processos e explicar as mudanças ocorridas ao longo do tempo (ABERS, 2018).

Como a institucionalização de demandas de movimentos sociais ocorre e para explorar as consequências para a capacidade dos movimentos de influenciar o processo de decisão governamental (LAVALLE et al., 2018).

Como se percebe ao norte, existe claro sombreamento de políticas públicas no estado do Pará, assim como, uma situação de impasse, pois as competências jurídicas e a execução de boa parte dessas iniciativas estão dispersas em diversas instituições estaduais e federais, logo, resultando em um acentuado descontrole por parte dos gestores, o que demonstra que o aparato burocrático é descentralizado e lento e que não consegue solucionar os principais problemas do

setor, apesar de possuir uma miríade de políticas públicas pesqueiras voltadas para Amazônia e especificamente em execução no Pará (VIANA, 2016).

Faz-se necessário compreender que as reformas administrativas apresentam tentativas de melhorar o funcionamento do Estado expondo novas concepções e modelos administrativos, entretanto as reformas da administração pública brasileira são criticadas por se transformar em políticas simbólicas e não corresponder às expectativas da população (RIBEIRO, 2013).

A gestão participativa é compreendida de forma mutuamente acordada sobre os recursos naturais, planejados e elaborados com a participação coletiva das comunidades no objetivo de alcançar interesses mútuos entre os comunitários (OVIEDO et al., 2015). Os modelos de gestão participativa que evoluíram nas várzeas da Amazônia resultam em iniciativas locais, governos, universidades, ONGs e agências internacionais de financiamento (OVIEDO, 2011).

4.3.1 Os órgãos Ambientais de Subsídios da pesca artesanal em Santarém.

Em 2005, foi regulamentada a Política Pesqueira e Aquícola no Estado do Pará para regular as atividades de fomento, desenvolvimento e gestão ambiental dos recursos pesqueiros e da aquicultura, bem como a distribuição das competências para os órgãos públicos do Estado, com a Lei nº 6.713 de 25 de janeiro de 2005 (VIANA, 2016).

No ano de 2007, após o aumento por demanda do setor pesqueiro e aquícola, e através de manifestações das entidades sociais ligadas ao setor da pesca, houve sensibilização dos representantes políticos da categoria pertencentes à base do governo que organizados postulavam que fosse valorizado o setor pesqueiro, o Governo Estadual publicou no Diário Oficial do Estado a Lei nº 7.019, de 24 de julho de 2007 que criava a SEPAq, com a missão de promover a sustentabilidade nas atividades de pesca e aquicultura no Estado do Pará, com modelo de Gestão Descentralizada, com as funções (PARÁ, 2007).

Coordenar e acompanhar a elaboração de planos, programas e projetos de desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola; Ordenar a pesca e a aquicultura nas águas continentais e costeiras, promover em conjunto com os órgãos federais, estaduais e municipais o controle da produção, da captura, da industrialização da pesca, da comercialização, da armazenagem e do transporte dos recursos; Promover a formação, a profissionalização e o aperfeiçoamento das atividades além de estimular mediante estudos de viabilidades e projetos técnicos de implantação, custos, manejo, fornecimento de alevinos, assistência técnica e comercialização.

No ano de 2015, com a instabilidade política e financeira do governo do estado do Pará, foi sancionado a Lei 8.096 de 1º de janeiro de 2015 que altera a estrutura da administração

estadual, dentre as decisões, surgiu a Lei que extinguiu as secretarias especiais e modificou a estrutura de órgãos da administração direta e indireta, dentre elas, a SEPAq. Os motivos alegados para a extinção foram distintos e complexos, enumeramos alguns recorrentes nos discursos de quem defendia a extinção da instituição, tais como a falta de técnicos no quadro de funcionários, a falta de recursos e problemas na gestão da Secretaria contribuíram para a extinção da SEPAq, considerando um retrocesso do setor da pesca (PARÁ, 2015; VIANA, 2016).

Ainda no ano de 2015, com a adequação da Sagri e da SEPAq, foi criada a Sedap, que é a fusão das Secretarias anteriores. Dentre as missões da Sedap, está o fortalecimento sustentável dos inúmeros sistemas produtivos existentes em território paraense, com destaque para as atividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e aquícolas, em todas suas variantes e especificidades, com a finalidade de viabilizar e consolidar seus benefícios sociais e econômicos dos atores da pesca e da aquicultura.

Das ações da referida secretaria: Capacitação em temáticas agropecuárias; distribuição de máquinas, equipamentos e insumos agropecuários; Estímulo à produção, promoção e comercialização de produtos regionais; Formulação de políticas públicas através da elaboração e execução de programas e projetos de interesse da sociedade paraense, entre outras.

Desta forma, a ação operacional da Sedap, discriminada no Plano Plurianual de Investimentos PPA 2016/2019, contemplava os programas Agricultura Familiar e Agropecuária e Pesca, distribuídos em três e sete ações, projetos e atividades, respectivamente (SEDAP, 2019).

Citado em Sedap (2019), um dos principais entraves ao bom gerenciamento das atividades pesqueiras e aquícolas no Estado é a ausência de uma estatística pesqueira, que proporciona dados mais confiáveis para o planejamento de políticas públicas. Ressalta-se que a estruturação de um sistema de estatística pesqueira e aquícola do Estado deverá ser um dos projetos prioritários da SEDAP nos próximos anos.

4.3.2 Desafios e conflitos das agendas de políticas públicas voltados para o setor da pesca

Os gestores públicos e empresas devem conhecer bem os grupos de pressão que atuam sobre o seu negócio e procurar não apenas reagir às transformações, mas também desencadear mudanças e se fazer presente e atuante no mercado local.

Em Santarém a gestão deveria ser pela Semap com a articulação de um conselho do setor da pesca onde devem ser debatidas as propostas, desafios e legitimando as reivindicações e propostas para o setor pesqueiro, mas não se tem uma agenda de governo da secretaria participativa, e segue pela iniciativa do setor pesqueiro que seguem se mobilizando e

regularizando para elaborar políticas públicas pesqueiras em Santarém, os *stakeholders* se mobilizam em encontros, seminários e fazem planos de atuação como por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Piscicultura do Baixo Amazonas de 2019, o Baixo Amazonas é um dos principais laboratórios regionais da Amazônia no desenvolvimento de políticas de co-manejo pesqueiro.

A pesca intensiva na Amazônia gera diversos conflitos, tais como em duas dimensões complementares, onde a primeira está relacionada à sustentabilidade dos recursos e a segunda discorre sobre os interesses e perspectivas distintas entre os *stakeholders* e da população local em relação aos pescadores de fora que têm acesso ao recurso, levando a compreensão que as formas tradicionais de gerenciamento dos recursos comuns se tornam vulneráveis, havendo a necessidade em se demandar novas e mais eficientes formas de gerenciamento (OVIEDO et al., 2015).

Um dos principais entraves ao bom gerenciamento das atividades pesqueiras e aquícolas no Estado é a ausência de uma estatística pesqueira, que proporciona dados mais confiáveis para o planejamento de políticas públicas, ressalta-se que a estruturação de um sistema de estatística pesqueira e aquícola do Estado deverá ser um dos projetos prioritários da SEDAP nos próximos anos (SEDAP, 2019).

Martins (2009), relata sobre a deficiente estrutura de coleta e tabulação de dados estatísticos sobre a captura e desembarque de pescado onde os órgãos e entidades governamentais e não governamentais têm dificuldades em obter e consolidar informações que visem o processo de estabelecimento de políticas públicas para o setor.

A Lei nº 11.959/2009 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regulando a atividade pesqueira. Sua abordagem é moderna e fala em “desenvolvimento sustentável” da atividade pesqueira, sendo feito mediante (MMA, 2023):

- I – a gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros;
- II – a determinação de áreas especialmente protegidas;
- III – a participação social;
- IV – a capacitação da mão de obra do setor pesqueiro;
- V – a educação ambiental;
- VI – a construção e a modernização da infraestrutura portuária de terminais portuários, bem como a melhoria dos serviços portuários;
- VII – a pesquisa dos recursos, técnicas e métodos pertinentes à atividade pesqueira;
- VIII – o sistema de informações sobre a atividade pesqueira;
- IX – o controle e a fiscalização da atividade pesqueira;

X – o crédito para fomento ao setor pesqueiro.

Para que a pesca seja corretamente dirigida, o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca, elaboram e aperfeiçoam constantemente um arcabouço legal, constituído de Portarias e Instruções Normativas, as quais regram pontualmente as questões a serem geridas. Em termos de hierarquia de normas, estas são normas legais, estando abaixo do Decreto nº 6.981/2009, que regulamenta a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, ou da própria Lei nº 11.959/2009 (BRASIL, 2009).

4.3.3 Ação coletiva na construção de políticas públicas voltados para o setor da pesca em Santarém/PA.

As figuras a seguir trazem a linha do tempo elaborada por uma rigorosa revisão bibliográfica e bibliométrica, começando no século até à atualidade, levantamento das primeiras intervenções feitas socialmente e por instituições que começaram a ter como competência sobre a pesca artesanal no Brasil.

Figura 12: Linha do tempo da pesca artesanal no Brasil do século XVI à 1962.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 13: Linha do tempo da pesca artesanal de 1987 à 2004.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 14: Linha do tempo da pesca artesanal de 2005 à 2023.



Fonte: Elaborado pelo autor.

As Organizações Sociais foram criadas por Lei Nº 9.637 em maio de 1998 para reestruturar o aparelho do Estado em todos os níveis (BRASIL, 1998). Um perfil diferente dessas antigas organizações dos anos de 1980, que tinham fortes características reivindicativas, participativas e militantes, o novo perfil desenha um tipo de entidade mais voltada para a prestação de serviços, atuando segundo projetos, dentro de planejamentos estratégicos, buscando parcerias com o Estado e empresas da sociedade civil (GOHN, 2011b).

A atividade pesqueira apresenta uma temporalidade muito antiga como uma forma de organização social e econômica, permeando toda a trajetória da humanidade até os dias de hoje, reconhecendo um novo personagem social: os pescadores artesanais enquanto um movimento gerido no pós 64 e que ganha visibilidade em meados da década de 80 (CARDOSO, 2001).

No âmbito estadual, as Colônias estão vinculadas a uma Federação. No Estado do Pará a representação do conjunto de Colônias é a Federação dos Pescadores do Estado do Pará (Fepa) e o Movimento dos Pescadores do Estado do Pará (Mopepa) (SANTOS, 2005).

Em 1980, criou-se Conselho Pastoral da Pesca (CPP), considerado por Júnior (2007), como a formação mais evidente dos movimentos dos pescadores, que seria uma pastoral social, com objetivo de desenvolver trabalhos voltados à promoção social dos pescadores artesanais e suas famílias, bem como formar e acompanhar as lutas das organizações pesqueiras, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

No ano de 1985, a Confederação Nacional de Pescadores convocou todas as Federações Estaduais brasileiras, para que realizassem assembleias e eleição de delegados para compor o “Movimento Constituinte da Pesca”, com o objetivo discutir, elaborar e apresentar propostas aos deputados e senadores constituintes pleiteando a inclusão de suas propostas na nova Constituição (MORAES, 2001), pode ser considerado um marco que deu visibilidade à categoria e alavancou os processos recentes da organização de pescadores (CARDOSO, 2001). Cinco anos após a criação do CPP, foi criado o Regional Norte do CPP, com sede em Belém e atuação restrita ao no estado do Pará, um trabalho de esclarecimento e conscientização acerca dos problemas relacionados à exploração dos recursos ictiológicos (BEZERRA, 2000; ROCHA et al., 1996).

A partir desta necessidade de articulação e união entre os pescadores de diversos estados, realizaram-se reuniões e encontros no Pará, Ceará e, por fim, em Pernambuco decidindo-se criar o Monape, em abril de 1988, a intenção de criar o Movimento foi porque a Federação vivia na mão de militares, desta forma, foi organizado pelo fato da sua representação [a colônia] não tratar e nem dar atenção às problemáticas da pesca e das necessidades do dia a dia dos pescadores e pescadoras (FOX, 2010).

No estado do Pará, em 1988, foram incrementadas, as ações da igreja no caminho de se formar uma organização local que representasse, de forma independente os pescadores artesanais, consolidado o movimento social, através da estruturação do Movimento de Pescadores do Pará (Mopepa), ao passo que no processo da Constituinte Estadual, foram obtidas importantes normas respectivas ao campo de atividades dos atores sociais, surgindo a disciplina legal da atividade pesqueira, abrangendo desde a necessidade de se formular uma política estatal própria para o setor, passando pela obrigatoriedade do poder público em adotar programas, ações e mecanismos de incremento a este ramo da economia, garantindo os recursos do meio ambiente, mediante lei específica, seguindo o artigo 244 e correspondentes parágrafos da Carta Paraense, que anos depois, resultou na aprovação, por parte da Assembleia Legislativa Estadual, da Lei Complementar nº 017, de 24 de janeiro de 1994 (BEZERRA, 2010).

O exercício da pesca possuem como pauta principal, o desenvolvimento da pesca e sua inclusão no cenário político atual, aglutinando ao longo do tempo coletivos de pescadores que legitimamente associados ou não, e é desta forma que a efetivação de políticas públicas sobre a atividade pesqueira, os atores sociais envolvidos e suas dinâmicas cotidianas nos mais diversos ambientes vem sendo tratados pelos legisladores brasileiros como práticas necessárias em busca do equilíbrio social e uso dos recursos pesqueiros (SEIXAS et al., 2011).

As legislações emitidas pelo governo federal e a efetividade das políticas públicas para o setor ao longo do tempo, não têm desenvolvido a gestão e governança do setor pesqueiro, pois o setor em menos de 15 anos de 2000 a 2015 do século XXI, possui alguns organismos ligados a estrutura do governo federal e que foram desconstituídos, deixando como consequência direta: tais como as políticas e programas sem articulação mútua, deficiência nas normas e legislação, precária difusão de informações para os indivíduos que desempenhavam a atividade, mão-de-obra desqualificada, logística, infraestrutura e alternativas de comercialização deficientes, apontando para um cenário de crise e descontinuidade de políticas públicas (VIANA, 2016).

De acordo com Abdallah (1998) no Brasil, ainda são setorizados os estudos sobre as políticas públicas para o desenvolvimento do setor pesqueiro. As políticas públicas da atividade pesqueira possuem duas vertentes: 1) fomento por meio de incentivo à produção e 2) regulamentação da atividade. A primeira vertente é explicada pela autora como a política de promoção ao desenvolvimento da atividade, enquanto que Neiva (1990) conceitua a segunda como, política de regulamentação pesqueira nacional como o ato de administrar a exploração do pescado (VIANA, 2016).

Em 1989, foi extinto a Sudepe e o setor de pesca migrou para o Ibama, vinculado ao MMA, e criado por meio da mesma lei. Assim, o setor da pesca passou a ter um enfoque mais ambiental (MIRANDA, 2021).

Em 2003, foi criada pelo Governo Federal por meio da Medida Provisória nº 103, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap/PR (MPA, 2012) com o objetivo fomentar a produção pesqueira, a utilização sustentável dos recursos pesqueiros no país, bem como a responsabilidade pela coleta, armazenamento, processamento e disponibilização de informações sobre a produção de pescado no Brasil à Presidência da república, a Secretaria geriu os assuntos pertinentes ao tema nos anos de 2003 a 2009.

Com a finalidade de propor a formulação de políticas públicas com vistas a promover a articulação e o debate nos diferentes níveis de governo com a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e fomento das atividades da aquicultura e da pesca no território nacional, foi criado em 2003 e regulamentado em 2004, o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (Conape), sendo um integrante da estrutura básica da Seap-PR.

As atividades da Seap-PR foram encerradas por meio da Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009 e que instituiu o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Em 2014, o MPA foi extinto pela reforma ministerial, anunciada pela presidente Dilma Rousseff, levando o setor de pesca para o Ministério da Agricultura (BRASIL, 2009).

No que diz respeito à regulamentação da atividade pesqueira no estado do Pará, considerando a atuação política dos pescadores artesanais da região amazônica, percebe-se que representou fato marcante em dois momentos recentes da normatização do exercício dessa modalidade econômica. Trata-se da disciplina da atividade quando da edição da Constituição Estadual, em outubro de 1989, e da Lei Complementar nº 17, em janeiro de 1994 (BEZERRA, 2000).

Na história do setor pesqueiro no estado do Pará, ao longo de décadas houve a articulação de entidades ligadas a pesca, bem como, pessoas físicas que labutaram pelo aprimoramento do setor e, por conseguinte por sua institucionalização na estrutura política e jurídica do estado paraense (VIANA, 2016).

O Governo do estado do Pará sancionou em 2004, a Lei nº 6.674/04 que dispunha sobre a reestruturação organizacional da Secretaria Executiva de Estado de Agricultura (Sagri), além das providências e alterações previstas, foi incluída a responsabilidade pelo fortalecimento e a consolidação das atividades pesqueiras e aquícolas do Estado e uma diretoria que tratava o desenvolvimento da aquicultura e da pesca (Didap) e duas gerências: Gerência da Área de

Desenvolvimento da Pesca (Gapes) e Gerência da Área de Desenvolvimento da Aquicultura (Gaaq) (PARÁ, 2004).

Quanto a um escritório da Seap, no estado do Pará, com a sua sede localizada na capital, em Belém, em 2005 foram investidos milhões em estudos de zoneamento para garantir a inserção da aquicultura, resultando em parques aquícolas em reservatórios como o de Tucuruí (SEAP, 2005).

Ainda em 2005, foi regulamentada a Lei n° 6.713 de 25 de janeiro de 2005 da Política Pesqueira e Aquícola no Estado do Pará, para regular as atividades de fomento, desenvolvimento e gestão ambiental dos recursos pesqueiros e da aquicultura, bem como a distribuição das competências para os órgãos públicos do Estado.

Com a vigência de dois órgãos articulados (Seap/PR e Sagri) no estado, numa coordenação de gestão do setor e pelo fomento da atividade de pesca e aquicultura, com o aumento na demanda do setor e a partir de manifestações das entidades sociais ligadas ao setor da pesca, houve sensibilização dos representantes políticos da categoria pertencentes à base do governo que organizados postulavam que fosse valorizado o setor pesqueiro pela sua importância histórica, o governo estabeleceu a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura (Sepaq), através da Lei n° 7.019, de 24 de julho de 2007, com a missão de promover a sustentabilidade nas atividades de pesca e aquicultura no Estado do Pará (PARÁ, 2007). A diretoria que tratava o desenvolvimento da aquicultura e da pesca, a Didap, da Sagri, foi elaborada medidas para a criação de uma nova Secretaria com essa temática, o objetivo é fomentar a cadeia de produção da pesca, onde sofreu alterações nas estruturas de órgãos da administração direta e indireta do Estado, fato que culminou em reforma administrativa e, por conseguinte na fusão do setor pesqueiro com o setor agropecuário do Pará, resultando em uma nova secretaria de Estado que englobaria a antiga pasta da pesca (VIANA, 2016).

Sobre a instabilidade política e financeira do governo do estado do Pará, sancionou a Lei 8.096 de 1° de janeiro de 2015 que altera a estrutura da administração estadual e extinguiu as secretarias especiais e modificou a estrutura de órgãos da administração direta e indireta, o governo do Estado propôs unir o quadro funcional da SEPAq com a SAGRI para a reestruturação do setor pesqueiro e aquícola, logo, o setor de pesca do estado retrocedeu e passou a ser um departamento de pesca e aquicultura, compondo a recém-formada Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap) (VIANA, 2016).

A Sepaq tornou-se coordenação, posteriormente diretoria, galgou por certo o período o status de secretaria de pesca e com a reforma administrativa retornou a ser diretoria contida no organograma da Secretaria de Estado de Agricultura e da Pesca – SEDAP.

Destaca que o estado do Pará possui várias políticas públicas, tanto a nível federal e estadual, sendo estas divididas em (VIANA, 2016):

Promoção ao desenvolvimento pesqueiro, a fim de aperfeiçoar a produção aquícola, tais como: Benefícios fiscais por meio da Lei de tratamento tributário (Lei estadual 6.883/06); subsídio de projetos pesqueiros outorgados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia- SUDAM (Lei complementar 124/07); Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF de financiamento de projetos (Decreto-lei 1.946/96) e o Plano Safra os quais se fundamentam na Lei do crédito rural (Lei 4.829/65); subvenção econômica do preço do óleo diesel para embarcações (Decreto 7.077/10); Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – PROFROTA, para financiamento de embarcações (Lei 10.849/04; Decreto 5.474/05); seguro-defeso pago ao pescador artesanal (Lei 13.134/15; Decreto 8.424/15); descontos na tarifa de energia para atividade de aquicultura (10.438/02; Resolução normativa 414/10); cessão de áreas aquícolas da usina hidrelétrica de Tucuruí para fins de aquicultura (Decreto 4.895/03; I.N. Interministerial 06/04).

Regulamentação da atividade pesqueira: desde o controle de apetrechos de pesca e proteção de áreas (Lei estadual 6.451/02), proteção de organismos aquáticos (Lei estadual 6.082/97), introdução de espécies exóticas e outros crimes ambientais (Leis federais 9.605/98 e 9.985/00; Decreto 3.179/99), cadastramento, regularização da profissão e da atividade, bem como, benefícios de aposentadoria, auxílios e indenizações (Lei estadual 6.713/05; Leis federais 8.213/91, 10.779/03, 11.380/06; 6.241/07; 11.959/09; 11.699/08), autorização, permissão e licença para exercício da atividade (IN 004/13; CONAMA³ 413/09; Decreto 2.020/06; I.N. 09/08; Decreto 8.424/15), à modalidade de recreação (Leis estaduais 6.167/98 e 6.353/01; Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA 19/01).

Uma grande contribuição a esse debate foi dada pela teoria da escolha racional pelo questionamento de dois mitos. O primeiro é o de que, conforme mencionado acima, interesses individuais agregados geram ação coletiva (OLSON, 1965). O segundo é o de que a ação coletiva produz necessariamente bens coletivos (ARROW, 1951). Definições sobre políticas públicas são, em uma democracia, questões de ação coletiva e de distribuição de bens coletivos e, na formulação da escolha racional, requerem o desenho de incentivos seletivos, para diminuir sua captura por grupos ou interesses personalistas.

Na década de 1960, os pescadores começaram um processo organizativo por meio do CPP, fundado em Pernambuco, com a finalidade de capacitar e ajudar na organização dos pescadores artesanais. Esse fato proporcionou uma mudança na organização política da classe, que até então estavam sob o domínio dos militares e empresários (SOUSA; SILVA; VIEIRA,

2018). Essas mudanças começaram pelas regiões do Norte e Nordeste e foram se fortalecendo na luta não apenas na construção da identidade política da categoria, mas disseminou-se como movimento contra a ditadura militar. A presença do CPP, do Movimento de Educação de Base – MEB e da Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional – FASE foram essenciais para o êxito no processo de conquista das colônias pelos pescadores (LEROY, 1988; SOUSA; SILVA; VIEIRA, 2018).

Em 2005, o Brasil possuía aproximadamente 1.000 Colônias de Pescadores e no estado do Pará são 65 colônias de pescadores ligadas à Federação dos Pescadores do Estado do Pará (FEPA) e ao Movimento dos Pescadores do Estado do Pará - MOPEPA, e em nível nacional a relação é feita com a Confederação dos Pescadores do Brasil. (SANTOS, 2005). No interior do Estado, a região do Baixo Amazonas possui 13 entidades que agregam mais de 70 mil pescadores artesanais, que têm em sua história marcas de lutas, resistência, organização e construção de instrumentos de gestão participativa. Em março de 1920, é fundada em Santarém a Colônia de Pescadores Z-20, pelo cruzador Frederico Vilar (LEROY, 1988). Na década de 1980, os pescadores motivados pelo processo de conquista do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR, pelos agricultores familiares, iniciaram um processo sistemático de formação para conquista da colônia, que até então estava sob a coordenação dos empresários e comerciantes locais (SOUSA; SILVA; VIEIRA, 2018).

Essa ação ocorreu tendo um elemento religioso-institucional e educativo: foi acompanhado por organizações eclesiais ligados à Igreja Católica, como “[...] a organização da base a partir das comunidades que permitiu a criação de uma corrente intercomunitária e a mobilização da categoria em torno de lutas” (GAMA, 2016; SOUSA; SILVA; VIEIRA, 2018).

A parceria com fornecedores, fazendo-os integrantes ativos do processo produtivo, reduz custos e traz melhorias no desenvolvimento do setor produtivo da pesca. Não se pode mais pensar dentro da atual economia globalizada de antagonismo entre os *stakeholders*, ou que um deve tirar vantagem do outro. O negócio só é bom quando atende aos objetivos comuns coletivamente das partes envolvidas, é o que Ury (1999) chama de ganhar-ganhar e Campbell (1997) de fazer um bom negócio com fornecedores e consumidores. Sem tirar vantagens um do outro, e sim crescer juntos.

A exploração pesqueira na Amazônia é resultado de uma política planejada de desenvolvimento em longo prazo, mas existem interesses que não se refletiram na conservação dos recursos naturais, apresentando-se os primeiros sinais de esgotamento de alguns estoques de peixes (ISAAC e BARTHEM, 1995).

Os acordos de pesca são instrumentos de uma Política Pública Pesqueira mostrando a possibilidade de conservação dos recursos pesqueiros e dos meios sustentáveis das comunidades tradicionais, unindo os atores, alinhando interesses e participando diretamente da gestão do processo de formação do direito socioambiental, juntamente com o Estado (AGUIAR, 2012).

Mais um ponto importante foi destacar a atuação do IBAMA, tendo em vista as disposições do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967; reconheceu e implementou processos de administração participativa para legitimação dos acordos de pesca:

Considerando que neste contexto os "Acordos de Pesca" mostram-se importantes como estratégias de administração pesqueira, os quais reúnem um número significativo de comunidades de pescadores e definem normas específicas, regulando assim a pesca de acordo com os interesses da população local e com a preservação dos estoques pesqueiros;

Considerando que o processo de Acordo de Pesca tem se constituído em importante instrumento de redução de conflitos sociais no curso das pescarias;

Considerando a existência de várias Portarias que regulamentam Acordos de Pesca na região amazônica;

Considerando a necessidade de manter a credibilidade do processo de gestão participativa, ora em desenvolvimento, é de fundamental importância a definição de critérios claros que permitam regulamentar esses Acordos de Pesca como um instrumento complementar de ordenamento pesqueiro e como forma de prevenir danos ambientais e sociais (IBAMA, 2003).

Da instrução normativa do MMA nº 30 de 2004, estabeleceram procedimentos para o estabelecimento do Acordo de Pesca, dentre elas (MMA, 2004):

1. Mobilização e Planejar as reuniões comunitárias; encaminhar convite oficial a todos os segmentos, relacionados com a atividade pesqueira(...); realizar reunião com lideranças comunitárias, representantes de Colônia de Pescadores, Órgão Estadual de Meio Ambiente, IBAMA, ONGs;
2. Reuniões comunitárias. Apresentar o problema; discutir as diferentes ideias e propostas considerando a legislação vigente (...); eleger representantes das comunidades para encaminhar, discutir e defender suas propostas na Assembleia Intercomunitária; Convidar, para acompanhamento técnico, representantes do IBAMA e outras instituições parceiras;
3. Assembleia Intercomunitária. Convidar os representantes de todas as comunidades envolvidas no Acordo, assim como os demais usuários e/ou grupos de interesse nos recursos naturais da área a ser manejada, (...); sistematizar as propostas; aperfeiçoar as propostas;
4. Retorno das propostas discutidas e aperfeiçoadas, para as comunidades. Cada representante volta à sua comunidade e apresenta e esclarece as propostas pré-aprovadas durante a Assembleia Intercomunitária (...);

5. Assembleias Intercomunitárias: devem ser realizadas quantas Assembleias se fizerem necessárias até se obter um consenso das propostas entre os diferentes usuários da área a ser manejada;
6. Encaminhamento ao IBAMA: A proposta de Acordo de Pesca acompanhado da Ata da Assembleia que o aprovou, contendo as assinaturas de todos os representantes das comunidades e demais participantes, (...);
7. Divulgação da Portaria: Uma vez a Portaria publicada no Diário Oficial da União, recomenda-se distribuir cópias a todas as comunidades e instituições que participaram das discussões referidas (...);
8. Monitoramento: Deve ser estabelecido com base em métodos e indicadores possíveis de serem cumpridos. Recomenda-se que o plano de monitoramento estabelecido seja acompanhado de técnico de órgão ambiental, preferencialmente IBAMA, SEMAs, ONGs; e
9. Avaliação: Com base nas informações disponibilizadas pelo monitoramento, deverão ser realizadas avaliações anuais do Acordo de Pesca para análise dos resultados e alterações que se fizerem necessárias.

Nas microrregiões de Santarém, entre 1990 a 2004, foram observados 42 acordos de pesca para as regiões do Tapaná, Urucurituba, Ituqui, Lago Grande, Arapixuna, Maicá, Aritapera, além de Juá e Área Verde. Esses acordos, em consonância com as políticas públicas voltadas a atingir populações ribeirinhas, apontam para um processo social dinâmico, no qual ribeirinhos e governo elaboraram agendas a partir de necessidades coletivas (SILVA; FERREIRA, 2018).

A figura 09 foi elaborada sob a base das sete etapas das políticas públicas de Secchi alinhada com as normativas do IBAMA para elaboração de acordos de pesca na região.

Figura 15: Proposta de Ciclo do Acordo de Pesca adaptada da instrução normativa nº 30 com o ciclo de políticas pública de Sechin.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Em 2004, a Ministra do Meio Ambiente, no uso das suas atribuições legais, dispõe da Instrução Normativa Nº 13, de 14 de outubro de 2004, que estabelece restrições à pesca na região do Tapará, município de Santarém/PA:

Art. 1º: I - proibir, anualmente, de 1o de agosto a 29 de fevereiro, o uso de malhadeira nos lagos: Redondo, Roseira, Balhão, Pucu, Uapé (conhecido como Tartaruga), Balhãozinho, Viana, Aninga, (...). II - Proibir o uso da malhadeira nos lagos do Purus, Ispuru e Curicuara, da ponta do Guariba ao Jauarizal, (...). III - proibir o exercício da pesca no período de dois anos no lago do Taboca; IV - proibir, anualmente, de 1o de dezembro a 29 de fevereiro, em todos os lagos da região, a captura e comercialização do acari (*Liposarcus pardalis*); V - limitar a captura e/ou armazenamento de pescado a trinta quilos, por viagem de pesca, no período estabelecido no inciso I do art. 1o desta Instrução Normativa; e VI - limitar no período de 1o de outubro a 31 de março, a captura e/ou armazenamento de pescado a trinta quilos, por viagem de pesca, no lago Catauari Grande.

Art. 2o Em caso de alterações hidrológicas fora do normal (seca intensa, cheia antecipada) o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA tomará as medidas necessárias.

Art. 3o Excluir das proibições constantes dos incisos I a IV do art. 1o desta Instrução Normativa, a pesca de caráter científico, devidamente autorizada pelo IBAMA (IBAMA, 2003).

O Escritório da Pesca de Santarém foi inaugurado no início de 2022, em parceria entre a Prefeitura de Santarém e MAPA, com vistas a facilitar o acesso aos trâmites burocráticos da

pesca, que incluem desde a retirada de carteirinhas de pescador, até o pedido de licenças para embarcações e o envio de documentos, onde anteriormente, esses serviços eram oferecidos somente na capital do estado, Belém.

O debate acerca das políticas públicas pesqueiras no município de Santarém, ganhou espaço à medida que os movimentos sociais pesqueiros passaram a reivindicar seus direitos. Não obstante, organizações não governamentais passaram em atuar na região sobre o contexto da Sustentabilidade da pesca e manejo integrados dos recursos naturais do baixo Amazonas, assim como a Sapopema onde em parceria com demais instituições, além dos representantes dos pescadores da região, uniu-se com a Universidade Federal do Oeste do Pará para elaboração do “Plano de Desenvolvimento Sustentável da Pesca”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços da gestão participativa vem tendo amplitude, pois, os atores sociais contribuem com uma atuação de diversas conquistas, mas é preciso fazer mais já que a ausência de políticas públicas retratam conflitos históricos, a participação e ação coletivas veio tomar força por meio de processo democrático da constituinte, através da educação qualificada e com a participação de todos os agentes atuantes, as organizações não governamentais, organizações sócias e órgãos governamentais, que desenvolvem papel importante na luta em defesa dos territórios, vem realizando trabalhos de assessoria técnica e de formação de lideranças visando o fortalecimento do setor pesqueiro e das outras organizações locais tais como associações, cooperativas, federações e os sindicatos para atuarem na consolidação da gestão dos recursos naturais e proteção dos saberes tradicionais, considerando essa direção, a pesca artesanal pode avançar cada vez mais com a participação social.

Essas organizações fomentam as discussões sobre a sustentabilidade e a soberania territorial das comunidades, e contribuem para o fortalecimento da participação popular para o planejamento e elaboração coletiva de projetos de forma mais horizontal sem negligenciar a garantia dos direitos dos pescadores. Além dos projetos desenvolvidos nessas organizações, sejam as ONGs ou as de base comunitária, atuam em colaboração técnica direta com outras organizações sociais, entre outros parceiros governamentais e não governamentais nos três níveis, federal, estadual e municipal. Essa atuação colegiada visa sempre o fortalecimento da gestão e defesa dos territórios como referências na Amazônia e no Brasil.

A participação efetiva das comunidades através de suas organizações, incluindo as Associações Intercomunitárias, organizações sociais e suas formas de gestão vem sendo uma atuação indispensável para garantir a transparência dos processos decisórios em relação ao uso dos recursos pesqueiros e a implementação de políticas públicas, assim como garantir o exercício da equidade na distribuição do serviços públicos, comercialização e participação. A luta e conquistas pelos pescadores da Amazônia só faz sentido se for feita por seus verdadeiros detentores, auxiliados pelas três esferas do poder público, as instituições privadas, organizações governamentais como Z-20, Ufopa, Ibama, ICMbio, Movimentos Sociais, Movimentos feministas, Sindicatos, Associações e ONGs, que contribuem com estudos e ações de formação, mas tendo sempre a garantia do espaço de fala e de protagonismo das pescadoras e pescadores nas áreas urbanas e rurais, como nas comunidades.

Os atores sociais buscam promover e ampliar melhorias deste setor, é inevitável não citar nesse trabalho, que este setor nos mostra uma realidade de constante disputa pelos recursos

naturais sem uma Agenda de Políticas Públicas, sem implementação dos ciclos das políticas públicas respeitando todas suas etapas, a participação pública, implementada e monitorada periodicamente pelos órgãos competentes.

Historicamente os conflitos e a desorganização acontecem pela falta de fiscalização dos órgãos responsáveis e de uma agenda de políticas públicas participativa que venha dialogar na tentativa de solucionar problemas estruturais, estamos em um processo local de reconhecimento e consolidação dos atores sociais do setor produtivo da pesca artesanal na elaboração e legitimação dos acordos de pesca, essa legitimação dos acordos de pesca já vem sendo feita por uma luta histórica da ação coletiva dos pescadores artesanais na busca de qualidade de vida, mas que há lacunas de pesquisa na região, e que precisam ser expandidas para diversos contextos pelo fato das características territoriais, assim como, a atuação da pesca industrial, que por conta de algumas Políticas Públicas criadas para a pesca artesanal se beneficiou com um crescimento do setor e alta exploração do recurso pesqueiro, e firmando no caminho de sua implementação melhores resultados na pesca industrial, assim, ocorrendo exploração na nossa região como já aconteceu outros estados do Brasil, e até mesmo de outros países, aumentando a necessidade de Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, B. G. Os acordos de pesca na Amazônia: Uma perspectiva diferenciada de gestão das águas. Encontro Preparatório do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, v. 15. 2006.
- AZEVEDO, N. T.; PIERRI, N. **A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 32, p. 61-80, dez. 2014.
- BARTHEM, R. B.; PETRERE Jr., M; ISAAC, V. N; RIBEIRO, M. C. L. de B.; MCGRATH, D. G.; VIEIRA, I. J. A; BARCO, M. V. **A pesca na Amazônia: problemas e perspectiva para seu manejo.** In: Seminário sobre “manejo de vida silvestre para a conservação na América Latina – workshops e seminários”. Belém, Centro de Convenções do Cetur, 1992.
- BARTHEM, Ronaldo Borges; FABRÉ, Nídia Noemi. **Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia.** Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004.
- BRASIL. Lei nº 11.958 de 26 de Junho de 2009. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 2009.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 794, de 19 de outubro de 1938. **Aprova e baixa o Código de Pesca.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0794.htm. Acesso em: 20 abr. 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo n. 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/1994, 35. ed. Brasília-DF, 1988.
- BEZERRA NETO, J. M. A Cabanagem: a revolução no Pará. In: Pontos de história da Amazônia. 2. ed. Belém, 1999. v. 1. (Produção Independente).
- CALLOU, A. B. F. *Movimentos sociais de pescadores em Pernambuco (1920-1983)*. Santa Maria – RS: UFSM, 1986. Dissertação (mestrado em Extensão Rural). Curso de pós-graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria, RS, 1986.
- CHAV; BARROS; FABRÉ, NOEMI. **Conflitos socioambientais e identidades políticas na Amazônia.** Acheegas.net, Rio de Janeiro: 2008, n. 37, p. 42-57. Disponível em: http://www.acheegas.net/numero/37/maria_37.pdf. Acesso em 25 nov. 2020.
- COSTA, V. **Políticas públicas no Brasil: uma agenda de pesquisas.** Revista Ideias, Campinas, v. 6, n. 2, p. 136-166, jul. 2015.
- DAGNINO, E. Cultura, Cidadania e Democracia: A transformação dos Discursos e Práticas na Esquerda Latino-Americana. In: Sonia E. Alvarez; Evelina Dagnino; Arturo Escobar. (Org.). *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino americanos: Novas Leituras.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000, p. 61- 102.
- DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Social Movements: an introduction.* Oxford: Blackwell Publishing, 2006 [1999].
- DIANI, M.; BISON, I. Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 219-250, 2010.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **A pesca construindo sociedades.** Leituras em socioantropologia marítima e pesqueira. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

FOX, Verónica del Pilar Proaño de. Pesca artesanal e desenvolvimento local: Movimento Nacional dos Pescadores MONAPE (1990-2009). 2010. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

FREITAS, L. S.; TRAVASSOS, H. V. B.; VINAGRE, M. V. A.; PONTE, M. J. M.; TOURINHO, H. L. Z.. Expansão da mancha urbana de Santarém: Análise de 1984 a 2020.. *Naturae*, v.3, n.1, p.1-10, 2021. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2674-6441.2021.001.0001>

GIDDENS, A. *Sociologia*. Madrid, Alianza Universidad, 2004.

GOMES, Francisca genilce. ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS, FURTADO, Lourdes G. Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará. Belém: CNPq/MPEG, 1987.

GOMES, Izabel Cristina Colares. O Processo de criação de uma Universidade para a Amazônia: os bastidores da construção da UFOPA. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Belém, 2011.

GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008b.

_____. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011a.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 47 maio-ago. 2011b.

_____. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2009a.

_____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009c.

_____. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010a.

GIULIETTI, N.; Assumpção, R. **Indústria Pesqueira no Brasil**. *Revista Agricultura em São Paulo*, 42(2), 95-127, 1995.

GUIMARÃES, Ana, Paula. **A natureza jurídica dos acordos de pesca, 2012**. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (pós-graduação), Curso em Direito Ambiental, Universidade do Estado do Amazonas Escola Superior de Ciências Sociais, Manaus/AM, 2012.

GRAEBER, David. CENTRAIS SINDICAIS E PARTIDOS POLÍTICOS: A EXPERIÊNCIA DE RESISTÊNCIA DA FRENTE BRASIL POPULAR. *The new anarchists. New Left Review*, v. 13, n. 6, p. 61-73, 2002.

JÚNIOR, Petrônio Lauro Teixeira Potiguar. Desvelando o Invisível: **Os Movimentos Sociais na Pesca e suas Ações no Estuário do Pará**. *Bol. Mus. Pará. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v.2, n.3. p.51-62. Set-dez. 2007.

LAVALLE, Adrian Gurza et al. (orgs). 2018. *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: Editora UERJ. No prelo.

LEITÃO, W. Pesca e Políticas Públicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Göeldi, Série Antropologia*. Belém; v. 11, no 2. 1995.

LEROY, Jean-Pierre. O bote contra a geleira. Os pescadores de Santarém em busca da sua afirmação. In: Pescadores artesanais - Entre o passado e o futuro. Revista Proposta.. Rio de Janeiro, v. 38, p. 37-50, set., 1988.

LOPES, J.S. L.; HEREDIA, B. M; ALASIA (Org.); Movimentos Sociais e esfera Pública: mundo da participação, burocracias, confrontos, aprendizados inesperados. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

MARTINS, Everaldo de Vasconcelos. **Dinâmica da economia e das relações do trabalho da pesca artesanal no município de Santarém**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2009.

Matias, J. F., Rodrigues Freire Eloy, H., Maria Cartter, K., Cruz de Araújo Bezerra Vidigal, R., Lelis Muniz de Souza, R., Lisboa da Cunha, V., López Matias, M., & Aderson Lobão de Souza, R. (2021). A teoria dos stakeholders como ferramenta de planejamento estratégico na aquicultura: Estudo de caso na região Norte - Amazônica (Pará) e na região Nordeste (Ceará) do Brasil. *Sistemas & Gestão*, 16(1), 34–43. <https://doi.org/10.20985/1980-5160.2021.v16n1.1640>

MULLER, Pierre. **Las políticas públicas**. 4 ed. Paris: PUF, 2002.

MUTZENBERG, R. A Questão dos Movimentos Sociais na Atualidade. In: Carlos Benedito Martins e Heloísa T. de Souza Martins. (Org.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. 1 ed. São Paulo: ANPOCS/BARCAROLLA, 2010, v. 3, p. 405- 440.

MUTZENBERG, Remo. Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos. In: SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Junho. 2011. pp.127-143.

MUNK, Geraldo L. Formação de Atores, Coordenação Social e Estratégia Política: Problemas Conceituais do Estudo dos Movimentos Sociais.

Munck GL. Formação de Atores, Coordenação Social e Estratégia Política: Problemas Conceituais do Estudo dos Movimentos Sociais. Dados [Internet]. 1997;40(1):105–25. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000100005>

MPA – Ministério de Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura**. Brasília, Fevereiro, 2012.

OLSON, Mancur. (1965), *The Logic of Collective Action* Cambridge, Mass. Harvard University Press.

OVIEDO; BURSZTYN; DRUMMOND, JOSÉ. **Agora sob nova administração: acordos de pesca nas várzeas da Amazônia brasileira**. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 119-138, out./dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2015000400008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 25 nov. 2020.

PAIVA, M. P. **Administração pesqueira no Brasil**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

PAULA, Alegria; Lucas Bulgarelli; Rosana Pinheiro-Machado. **Movimentos sociais contemporâneos: um balanço da produção de teses e dissertações em antropologia (2008-2018)**. Fri, 05 Jun 2020 in *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*

PARÁ. Lei nº 6.674, de 2 de agosto de 2004. **Diário Oficial do Estado**. Dispõe sobre a reestruturação organizacional da Secretaria Executiva de Estado de Agricultura - SAGRI e dá outras providências. Pará – PA. 13 p. 2004.

PARÁ. Lei nº 7.019 de 24 de Julho de 2007. Cria a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura - SEPAq, e dá outras providências. **Assembléia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA**. Pará, Brasil, 13 p. 2007

PARÁ. Lei nº 6.713, de 25 de janeiro de 2005. **Diário Oficial do Estado**. Dispõe sobre a reestruturação organizacional da Secretaria Executiva de Estado de Agricultura - SAGRI e dá outras providências. Pará – PA. 10 p. 2005.

PARÁ. LEI Nº 8.096, DE 1º JANEIRO DE 2015. **Diário Oficial do Estado**. Dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Pará – PA. 80 P. 2015.

RUFFINO, Mauro Luis. **Gestão do uso dos Recursos Pesqueiros na Amazônia**. Manaus: IBAMA, 2005.

RUFFINO, Mauro Luis. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Brasileira**. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004.

RUFFINO, M. L.; SOARES; LOPES; ESTUPINÃN; FONSECA; PINTO; OLIVEIRA; BARTHEM; BATISTA (2006). **Estatística Pesqueira do Amazonas e Pará 2003**. Manaus: Ibama/ProVárzea.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 133 p. 2010.

SANTOS, Gilson Leonel. **Pesca no litoral de Santa Catarina: da pequena produção mercantil a maior produtor de pescados de origem marinha do Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SILVA, Vera Lúcia da. **Direito econômico da pesca no Brasil: planejamento, gestão e instituições pesqueiras nacionais (1962-2009)**. 2015. 465 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2015.

SILVA, Rubens Elias da. Guiados por Mares e Peixes: memória social, inovação tecnológica e o processo de fragmentação na pequena pesca comercial simples em duas comunidades costeiras no Rio Grande do Norte. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012. SILVA, Luís Geraldo da. *Os pescadores na história do Brasil*. V.1. Colônia e Império. Recife: Vozes, 1988.

SEIXAS et al., **Gestão compartilhada do uso de recursos pesqueiros no Brasil: elementos para um programa nacional**. Revista Ambiente e Sociedade, v. 14, n. 1, p. 23-44, 2011.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão de literatura**. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> Acesso em: 25 nov. 2020

SOUZA, Wandicleia Lopes. Caracterização Econômica e Social dos Pescadores Artesanais no Bairro Pérola Maicá, no Município e Santarém-Pará. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Econômicas) Instituto de Ciências da Sociedade, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2017.

SZWAKO, José; DOWBOR, Monika; ARAUJO, Ramon. A produção de artigos acadêmicos sobre movimentos sociais publicados nos periódicos brasileiros (2000-2017): tendências e inovações. **BIB**, São Paulo, n.92, p.1-22, 2020.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História: Debates e Tendências**, vol. 7, nº 1, p. 9-21, jan./jun. 2008. Acesso em 15/08/2015.

TARROW, Sidney. O poder em movimento: movimentos sociais e confrontos políticos. Petrópolis: Vozes, 2009.

VIANA, Jeanderson da Silva Viana, Leonilton Rodrigues Barbosa Da Silva, Tales Vandrê Lopes y Patrick Heleno dos Santos Passos (2016): “Políticas públicas: análise sobre a política pesqueira do estado do Pará – o caso da Sepaq/PA”, Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (octubre-diciembre 2016) Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/ccss/2016/04/pesca.html>

Vilhena, J. R. 2017. Acordos de pesca na Amazônia: uma análise das experiências de manejo comunitário dos municípios do Baixo Tocantins no Estado do Pará. Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Uberlândia.

Xavier, D.L.J. (2010). Análise dos stakeholders: um estudo de caso de um banco de crédito consignado. Dissertação (mestrado) – Universidade nove de julho – UNINOVE – Administração, São Paulo, 2010.

ANEXO

Questionário

- 1). Há quanto tempo você atua no setor pesqueiro?
- 2). Dentre as opções, como você considera a qualidade da infraestrutura de desembarque pesqueiro? (Condição dos portos, feiras e fábrica de gelo).
- 3). Sobre as fábricas de gelo, atendem as demandas do pescador?
- 4). Sobre a qualidade da infraestrutura", o que dificulta o monitoramento do desembarque pesqueiro e a inspeção sanitária, fiscal e ambiental?
- 5). Sobre o Centro de integrado da pesca artesanal - CIPAR, o administrativo é composto por refeitório, sala de aula, auditório e tele centro. O bloco operacional possui uma fábrica de gelo com capacidade de produção para 14 toneladas; área de classificação do pescado; uma câmara

fria com capacidade para 20 toneladas de armazenamento; uma câmara de espera com capacidade para duas toneladas de pescado e uma área de higienização.

É inegável como a estrutura do CIPAR pode contribuir para o setor pesqueiro, como você acha que a falta de gestão compromete estruturas importantes como o CIPAR?

- 6). Você acredita que a participação popular na pesca pode contribuir para o setor pesqueiro?
- 7). Você acha que os Arranjos Institucionais dos órgãos governamentais é uma alternativa para fortalecer e agilizar os processos de legalização, monitoramento e fiscalização dos Acordos de Pesca?
- 8). Com a edição da Lei Complementar nº 140/2011 o MMA - Ministério do Meio Ambiente que transferiu para as Secretarias Estaduais e Municipais a responsabilidade pela gestão pesqueira, inaugura-se uma tendência de descentralização na competência da gestão Pesqueira e Ambiental.

Como você classificaria a gestão pesqueira feita em Santarém?

- 9). Você acha que realização de reuniões regulares e celeridade nos processos sobre Acordos de Pesca, Seguro Defeso e Monitoramento da Pesca pode ter avanços significativos?
- 10). Você considera que atuação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Santarém deve ser mais efetiva no setor pesqueiro?
- 11). Você conhece alguma Política Pública sobre monitoramento pesqueiro?
- 12). Você sabe se algum dos Stakeholders faz monitoramento pesqueiro.
- 13). Você conhece algum manejo pesqueiro em Santarém?
- 14). Você acha que os Acordos de Pesca viabiliza o desenvolvimento da produção pesqueira manejada?
- 15). A participação popular é uma inovação da nossa constituição, você concorda, que nos acordos pesca ela seja o ponto chave dessa política?
- 16). Você acredita que a participação popular pode ajudar na construção de Políticas Públicas?
- 17). Você já viu a Participação Social para elaboração e/ou manutenção de alguma Política Pública Pesqueira?
- 18). Você acha necessário o esforço dos 3 poderes para fiscalizar de forma efetiva o uso do recurso pesqueiro local?
- 19). A Gestão Pública em Santarém contribui com a fiscalização no setor pesqueiro?
- 20). Você já viu participação de mulheres em alguma atividade da pesca?
- 21). Você acha que há necessidade do Sistema Único de Saúde avançar na promoção da saúde da mulher e de pescadores, por meio de ensino educacional, vigilância e atenção em saúde com foco na prevenção de agravos relacionados à pesca artesanal?
- 22). Você já ouviu falar em algum conflito do setor produtivo pesqueiro em Santarém?
- 23). Qual nível da infraestrutura do desembarque pesqueiro?
- 24). Quais órgão/instituição/empresa você lembra quando se fala de setor pesqueiro?
- 26). Você concorda que os acordos de pesca são instrumentos de uma Política Pública Pesqueira que direciona a possibilidade de conservação dos recursos pesqueiros?

- 27). Você tem conhecimento de alguma ocorrência de conflito de pesca na região?
- 28). Para você, com a falta de Políticas Públicas há surgimento de conflito na pesca?
- 29). Você conhece alguma ação das esferas governamentais em relação à pesca?
- 30). Existe alguma Política Pública para combater esses conflitos?
- 31). Sobre fiscalizações. Geralmente elas são preventivas ou punitivas?
- 33). Para você, há empenho dos governantes na prevenção dos estoques pesqueiro?
- 34). Você sabe dizer quantas espécies estão protegidas pelo período defeso?
- 35). Em qual área do setor pesqueiro você percebe que o Poder Público deve investir como Política Pública?
- 36). Você conhece alguma Política Pública pesqueira em Santarém? Se sim cite alguma.
- 37). Deixe seu comentários ou sugestão sobre o formulário.